

.UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADEMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE CLÍNICA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL - LACLIFE

ANDRÉA CRISTINA TAVELIN BISELLI

**GRUPO DE PAIS NO PSICODIAGNÓSTICO COLABORATIVO: UMA
COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL**

Recife
2013

ANDRÉA CRISTINA TAVELIN BISELLI

**GRUPO DE PAIS NO PSICODIAGNÓSTICO COLABORATIVO: UMA
COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto.

Recife
2013

Nome: Andréa Cristina Tavelin Biselli

Título: Grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo: uma compreensão fenomenológica existencial.

Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Aprovado em __/__/____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carmem Lucia Brito Tavares Barreto

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Assinatura: _____

Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Assinatura: _____

Profa. Dra. Heloisa Szymanski

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Alexandre, companheiro fiel na caminhada da vida, que se faz presente também nos momentos de ausência.

Aos meus filhos, Alexandre e Ana Beatriz, por propiciarem a mim a experiência e o aprendizado de ser mãe.

AGRADECIMENTOS

A minha família, esposo e filhos pela compreensão, companheirismo e cuidado durante essa caminhada.

Ao amigo-irmão Flávio, pelo laço de amizade, companheiro de trabalho, que está sempre presente, principalmente nos momentos de dificuldade, sendo alguém com quem posso sempre contar.

A todos os mestres, e amigos por fazerem parte da minha história, pelo carinho e dedicação que contribuíram para minha formação.

Especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Carmem Barreto que com carinho, respeito e dedicação me apoiou e me guiou e me incentivou nos caminhos da pesquisa e da vida profissional.

Às professoras doutoras Heloisa Szymanski e Cristina Brito pela disponibilidade, respeito e interesse na leitura desse meu trabalho contribuindo para o seu desfecho.

Às “encantadas” Rosário, Raissa e Maria, companheiras do estágio de Psicologia Clínica na perspectiva fenomenológica existencial as quais pude acompanhar como voluntária no Psicodiagnóstico Colaborativo no Serviço de Psicologia da UNICAP. Obrigada pela troca de experiências e pelo trabalho em conjunto, vocês fazem parte dessa história.

Aos Clientes (famílias) que pude acompanhar nos grupos de Psicodiagnóstico Colaborativo, que me permitiram encontros e momentos significativos e que me possibilitaram questionamentos.

Aos colaboradores da pesquisa que disponibilizaram seu tempo para dialogar comigo, apresentando seus horizontes e me possibilitando a tentativa de uma “fusão de horizontes” em relação à modalidade de grupo no psicodiagnóstico.

À Deus, que me carrega no colo nos momentos mais difíceis...

(...) Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível. Terei que criar sobre a vida. Criar não é imaginação é correr o grande risco de se ter a realidade. Entender é uma criação, meu único modo.
(Lispector, C. 2009, p.19).

RESUMO

Biselli, A. C. T. (2013). Grupo de Pais no Psicodiagnóstico Colaborativo: uma compreensão fenomenológica existencial. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Este estudo parte das inquietações vividas pela autora a partir da experiência na modalidade de prática psicológica do Psicodiagnóstico Colaborativo com pais e crianças em grupo, numa perspectiva fenomenológica existencial. Objetiva compreender a experiência de grupo de pais em tal modalidade de prática psicológica. Sua base fenomenal reside em quatro relatos de experiências de pais que vivenciaram o atendimento em grupo no processo do Psicodiagnóstico Colaborativo realizado na clínica-escola da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, entre 2010 e 2011. Como acesso à experiência dos sujeitos colaboradores lançou-se mão da entrevista narrativa. Enquanto instrumento, a entrevista narrativa se fundamenta na ideia do narrador de Walter Benjamin (1994) que, ao articular narrativa e experiência, possibilita ao narrador (participante) elaborar e transmitir suas experiências acerca da temática pesquisada. Outro instrumento utilizado foi o “Diário de Bordo” (ou Diário de Campo), que se constitui da narrativa-escrita dos sentimentos e impressões vivenciadas pelo pesquisador nos atendimentos aos clientes. A análise das narrativas fundamentou-se na proposta da filosofia hermenêutica de Gadamer considerada como uma das epistemologias privilegiadas para pesquisa qualitativa. O diálogo, a conversação entre psicólogo e clientes e entre clientes, dispostos a se colocarem nesse jogo compreensivo, possibilitou a ampliação da queixa trazida como motivo da consulta, permitindo a explicitação e a apropriação da demanda via a fusão de horizontes dos sujeitos colaboradores. A situação de grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo, num primeiro momento, possibilitou a apropriação e expressão da disposição afetiva de medo e resistência diante de uma situação não conhecida. A vivência da experiência grupal afetou cada um e permitiu outro modo de estar e sentir a situação de grupo, a qual passou a ser percebida como acolhedora e facilitadora da expressão dos sofrimentos e sentimentos. Tal movimento possibilitou, aos participantes, compreender a demanda manifesta, permitindo uma apropriação dos seus sentimentos com a tematização de outras possibilidades compreensivas aliadas ao movimento de abrir-se para o outro, ao mesmo tempo em que permitiu um não centrar-se em seus problemas, considerados, inicialmente, como únicos. Por último, destaca-se a narrativa das experiências como facilitadora da apropriação do modo como cada um cuidava de si e dos outros – no caso, da família. Percebeu-se que, a apropriação da vivência afetiva e singular da experiência, pode colocar em movimento outros modos de estar e se relacionar com o mundo e com os outros mais próprios, menos gerenciados pelo público.

Palavras-chave: grupo de pais; psicodiagnóstico colaborativo; ação clínica; fenomenologia existencial; fusão de horizontes.

ABSTRACT

Biselli, A. C. T. (2013). Group with parents in Collaborative Psychodiagnostic: a phenomenological existential perspective. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

This study arises from the author's concerns lived within the experience of psychological practice with groups of parents and children in collaborative psychodiagnostic, in a phenomenological existential perspective. It aims to understand the experience of parents in a group with that modality of psychological practice. Its phenomenal basis is grounded in four reports of parents who have experienced group care in the process of Collaborative Psychodiagnostic carried out in Pernambuco's Catholic University clinic-school between 2010 and 2012. To access such experience, subjects-collaborators were submitted to a narrative interview. As an instrument, the narrative interview is based on the narrator idea by Walter Benjamin (1994) which, articulating narrative and experience, allows the narrator (participant) to elaborate and pass on experiences regarding the investigated theme. Another instrument was a logbook (a field journal), which is constituted by written narratives of feeling and impressions lived by the researcher in listening to its clients. Analysis was centered in Gadamer's hermeneutic philosophy, considered to be one of the privileged epistemologies in qualitative research. The dialog, the conversations among psychologist and clients and also among clients, who were open to put themselves in such a comprehensive dynamic, allowed the complaint to be broadened, which led to the demands' elicitation and appropriation by merging collaborators' horizons. At first, the parents' group situation in collaborative psychodiagnostic enabled the appropriation and expression of affective dispositions of fear and resistance face to an unknown condition. Living a group experience has affected each participant leading them to another way of being in and feeling the group situation, which was then perceived as welcoming and facilitator for the expression of sufferings and feelings. Such motion provided participants to understand manifested complaint, enabling their feelings to be appropriated with the thematization of other comprehensive possibilities, allied to the movement of openness towards the other, at the same time that allowed the decentralization in each one's problems, previously considered as unique. At last, the narrative of experiences is highlighted as a facilitator for the appropriation of the way in which participants took care of themselves and of others – in this case, their families. It was noticed that the appropriation of an affective and singular experience could put in motion other ways of being and relating with the world and with others, ways of their own, less orientated by the public.

Keywords: parents' group; collaborative psychodiagnostic; clinical action; existential phenomenology; fusion of horizons.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 PERCORRENDO O CAMINHO: do psicodiagnóstico tradicional ao Psicodiagnóstico Colaborativo	15
1.1 Psicodiagnóstico Colaborativo e “Fusão de Horizontes”	29
1.1.1 “Fusão de Horizontes”	29
1.1.2 O Psicodiagnóstico Colaborativo	31
2 GRUPO: Breve Percurso	35
2.1 A Ação Clínica na Perspectiva Fenomenológica Existencial	44
3 OS CAMINHOS TRILHADOS PELA PESQUISA: metodologia e diálogos possíveis	57
3.1 – Caracterizações Gerais	57
3.2 Participantes e Cenário da Pesquisa	60
3.3 Procedimentos	62
3.4 Análise Interpretativa	63
3.5 A Interrogação em Ação	65
4 Considerações finais: desfecho!	73
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	82
Anexo 01-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	83
Anexo 02- Tabela dos modos de fazer e pensar o Psicodiagnóstico	85

APRESENTAÇÃO

*...o narrador figura entre os mestres e os sábios.
Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para
muitos casos, como o sábio.*

*Pois pode recorrer a um acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui
apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O
narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir
dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O
narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração
consumir completamente a mecha de sua vida.*

(Benjamin, 1994).

Partindo da sabedoria de Walter Benjamin me utilizarei de uma linguagem mais pessoal para justificar a escolha por tal temática, uma vez que ao justificar estarei também tematizando minha experiência vivida como ex-estagiária e psicóloga voluntária facilitadora em grupo de Psicodiagnóstico Colaborativo com pais e crianças no serviço de psicologia da Universidade Católica de Pernambuco.

A temática desse estudo se desvelou no meu processo de formação na graduação. No segundo ano do curso de Psicologia, tive contato, pela primeira vez, com a perspectiva fenomenológica existencial. Foi um contato tímido, acanhado, e ao mesmo tempo desafiador e instigante. Desse contato ficou um gosto de quero mais, esse é o caminho! Então, aconteceu o segundo contato, um pouco mais aproximado, ao cursar a disciplina Clínica Fenomenológica Existencial que me propiciou, além de estudar um pouco mais a perspectiva da *Daseinsanalyse*, conhecer outras modalidades de prática psicológica dentro de uma perspectiva que vinha ao encontro do meu modo de pensar o mundo.

Em 2010, uma sequência de acontecimentos permeou o caminho da minha escolha: o estágio, a participação em simpósios, o programa de iniciação científica – PIBIC, e leituras, muitas leituras.

Sentia sede de conhecimento. Também estava experimentando mudanças em minha vida pessoal, um pouco mais apropriada das minhas escolhas. Coloquei minha formação em Direito em suspensão e mergulhei na Psicologia, numa cidade nova, em outro estado, cultura diferente, pessoas diferentes...

A clínica-escola foi escolhida para estagiar por abarcar um campo de possibilidades de contato com diversas situações que enriquecem o conhecimento da prática psicológica trabalhando com uma clientela diversificada, além da possibilidade de exercitar o sentido ético-político da profissão. Diante da decisão de enfrentar esse desafio, iniciou-se a proposta

de estudar o psicodiagnóstico interventivo/colaborativo – era esse o nome naquela época. Os estudos e as discussões sobre o psicodiagnóstico foram sendo aprofundados e novas possibilidades surgiram. Vivi a experiência de participar como estagiária em dois grupos de psicodiagnóstico interventivo/colaborativo sendo essa experiência tematizada em meu trabalho de conclusão de curso: O Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo e a formação do psicólogo: relato de experiência.

No último ano da graduação já tinha como objetivo concorrer a uma vaga para o mestrado. Em 2011 iniciei meu estudo de pós-graduação – mestrado e, partindo das inquietações advindas das experiências vividas no psicodiagnóstico, desenvolvi meu projeto.

Nesta época surgiu a oportunidade de atuar como psicóloga voluntária na clínica-escola da UNICAP, e me foi lançado o desafio pela supervisora/orientadora de assumir os atendimentos dos grupos de psicodiagnóstico interventivo/colaborativo.

Desse modo, os atendimentos na modalidade de prática do psicodiagnóstico continuaram acontecendo nessa instituição. Parti em busca de conhecer mais sobre a situação grupal, encontrando vários estudos na perspectiva psicanalítica, alguns autores do pós-estruturalismo, do existencialismo, os quais me ajudaram a tecer minhas compreensões.

Também sentia a necessidade de um conhecimento mais fundamentado sobre a perspectiva Fenomenológica Existencial, momento em que me decidi participar, ao mesmo tempo do mestrado, do curso de férias na Associação Brasileira de Daseinsanalyse. Mergulhada uma semana toda ouvindo e refletindo sobre a ontologia do ser de Heidegger e a aproximação com a clínica me permitiu uma aproximação do pensamento do filósofo.

Além do meu trabalho como voluntária na clínica-escola, também realizava atendimentos no consultório particular. Em meados de 2012 fui contratada para trabalhar no IMIP – Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira, sendo a psicóloga do setor de Ginecologia e Obstetrícia. O IMIP é uma entidade filantrópica, que atua nas áreas de assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária, sendo reconhecido como uma das estruturas hospitalares mais importantes do País, centro de referência assistencial em diversas especialidades médicas. O setor de Ginecologia e Obstetrícia em que estou inserida compreende a Gestação de alto risco, o puerpério das pacientes de alto risco, as doenças ginecológicas e a UTI da Ginecologia e Obstetrícia. Minha atuao como psicóloga   participar do trabalho interdisciplinar visando minimizar o sofrimento do paciente e/ou familiares – os usuários, ser preceptora dos alunos residentes e alunos estagiários de Psicologia.

A partir dessa experiência como preceptora, fui convidada a participar como tutora da oficina de trabalho: Humanização em Saúde com os alunos do segundo período, na Faculdade Pernambucana de Saúde. Essa oficina de trabalho tem como objetivo proporcionar a articulação entre a prática e a teoria em torno do tema Humanização em Saúde, através das práticas de saúde, tendo como local de observação o IMIP.

No hospital, a possibilidade de trabalhar com grupos viabilizou o atendimento de mães que sofriam devido a uma internação prolongada por causa de problemas de saúde na gravidez, problemas estes que se estendiam no puerpério. Na faculdade a própria dinâmica da oficina é facilitada em grupo.

Assim, a situação de grupo se fez presente em todos os meus locais de prática: no hospital, na faculdade, e no voluntariado na clínica-escola no Psicodiagnóstico Colaborativo.

Na busca para compreender o grupo de pais do Psicodiagnóstico Colaborativo na perspectiva Fenomenológica Existencial, mostrou-se importante dialogar com os pais participantes desse processo. A questão que me inquietava era: o grupo é uma prática interventiva, mas como lançar um olhar sobre a experiência dos pais no processo grupal na perspectiva fenomenológica existencial ao modo de Heidegger e Gadamer?

Desse modo, esse estudo se constituiu da seguinte forma, no primeiro capítulo foi apresentado um percurso partindo do psicodiagnóstico tradicional, passando pelo psicodiagnóstico interventivo evidenciando o contexto em que foi estudado/realizado, enfatizando seu acontecimento em grupo. Assim, chegamos à proposta Psicodiagnóstico Colaborativo ressaltando a “disponibilidade afetiva” de colaboração como modo de ser-no-mundo-com-os-outros e compreendendo o diálogo como possibilidade de “fusão de horizontes”.

No segundo capítulo é apresentado um breve percurso sobre a situação de grupo - a grupoterapia, ressaltando alguns aspectos que podem contribuir para a compreensão da situação de grupo na modalidade do psicodiagnóstico, bem como algumas considerações sobre a ação clínica na perspectiva fenomenológica existencial.

O terceiro capítulo delinea o caminho percorrido na pesquisa, sublinhando sua natureza e o método que foi utilizado para se colocar a questão em ação. As narrativas dos colaboradores, o “diário de bordo” e a parte teórica dialogam na busca da possibilidade de “fusão de horizontes” de modo a permitir compreender a dinâmica do grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo.

Como considerações finais pude compreender que, através do diálogo, da conversação entre psicólogo e clientes e entre clientes, dispostos a se colocarem nesse jogo

compreensivo, houve a possibilidade de se desvelar uma visão de mundo construída na fusão de horizontes dos envolvidos. A situação de grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo, num primeiro momento, revelou a disposição afetiva como medo, resistência diante de uma situação não conhecida. A vivência da experiência grupal afetou cada um e possibilitou outro modo de estar e sentir a situação de grupo. Possibilitou ainda, aos participantes, compreender melhor a si mesmos e ao seu sofrimento, ampliando seu campo de circunvisão e desvelando-se novas possibilidades de ser-no-mundo no movimento de abrir-se para o outro, ao mesmo tempo em que permitiu um não centrar-se em seus problemas, considerando-os únicos. Também propiciou aos participantes falarem do modo como cuidavam dos filhos, ao passo que trocavam experiências, puderam compreender como cada um cuidava de si e da família. Indicou ainda, que a apropriação da experiência, via narrativa, pode colocar em movimento outros modos de estar e se relacionar com o mundo e com os outros, menos gerenciados pelo público.

1 PERCORRENDO O CAMINHO: DO PSICODIAGNÓSTICO TRADICIONAL AO PSICODIAGNÓSTICO COLABORATIVO

*Procuro despir-me do que aprendi,
Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram o sentidos,
Desencaixotar minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu, (...).
(Caieiro In Pessoa, 2005).*

O psicodiagnóstico é uma prática psicológica que foi desenvolvida simultaneamente à Psicologia e à atuação do psicólogo, abrindo-se nas várias teorias que procuravam conhecer e compreender o homem.

A origem do psicodiagnóstico coincide com a da psicologia clínica fundada por Lightner Witmer, em 1896, período áureo da crença na ciência. A proposta inicial foi influenciada pelo modelo médico vigente e pela psicométrica, e desse modo “atribuiu aos psicólogos o uso privativo dos testes psicológicos” (Yehia, 1994, p.01).

A visão predominante de homem e mundo nessa época era positivista e partia da premissa de que o conhecimento científico deveria ser rigoroso e restrito ao objeto sob o qual incide o olhar da investigação, na busca de previsão e controle das diversas variáveis que incidem sobre ele.

Foi nesse contexto que as ideias psicológicas foram sendo implantadas no Brasil. A psicologia, considerada como ciência independente, tinha como proposta estudar e descrever seu objeto de estudo, não dispondo de uma aplicabilidade direta quanto à intervenção clínica, domínio restrito à atividade médica. O psicólogo era considerado apenas um técnico que não havia desenvolvido no que concerne à intervenção, uma tecnologia própria, na qual pudesse amparar-se e da qual pudesse fazer uso (Morato, 1999).

Assim, no início, o psicodiagnóstico, ação exclusiva do psicólogo, destinava-se a medir, quantificar e avaliar as estruturas psicológica dos pacientes, utilizando-se do modelo médico-científico predominante, com o objetivo de conhecer a personalidade do paciente através de testes psicológicos. Dessa forma, a tarefa do psicólogo consistia em aplicar e corrigir os testes psicológicos dentro de um rigor científico. A ideia difundida era de neutralidade e controle sobre o objeto de investigação, sendo exigido que o pesquisador estivesse distanciado de seu objeto de estudo com a finalidade de não interferir no resultado dos instrumentos de medida.

Segundo Yehia (1994),

a psicometria contribuiu muito para o desenvolvimento do psicodiagnóstico, sendo fortemente influenciada pelo paradigma científico dominante na época. (...) buscava-se a exatidão dos dados coletados. Compreendia-se basicamente o homem como uma soma de características ou de fatores passíveis de mensuração, e o método quantitativo se constituía na base de sustentação para o estudo, a investigação e a prática da psicologia (p.01).

No Brasil, no final da década de 30 e início da década de 40, surgiram centros de referência de avaliação e diagnóstico psicológico nos quais atuavam profissionais médicos e educadores e faziam uso de instrumentos de medidas – testes psicológicos - para elaboração do diagnóstico. Os testes de inteligência, no contexto educacional, objetivavam diagnosticar os estudantes que apresentavam problemas de aprendizagem e adaptação (Massimi & Guedes, 2004).

A psicometria foi ampliada e apropriada pela psicologia comportamental que tinha como objetivo determinar de modo minucioso os estímulos desencadeantes, os comportamentos disfuncionais (motores, fisiológicos e/ou cognitivos) e as consequências do comportamento considerado inadequado para modificá-lo (Santos, 2009).

Desse modo, para conhecer as variáveis e as causas das condutas tidas como inadequadas, foram sendo acrescentados aos testes, a entrevista dirigida, os registros diários e as escalas de inteligência na busca do diagnóstico para a modificação do comportamento (Santos, 2009).

Concomitantemente ao desenvolvimento dos testes de medida intelectual, influenciado pela psicologia comportamental, a Psiquiatria também estimulou o desenvolvimento da psicometria. Necessitava da construção de sistemas de classificação dos transtornos mentais, que possibilitassem o estabelecimento de síndromes com diagnósticos diferenciais com o objetivo de não só medir as características humanas, mas também de relacioná-las entre si e correlacioná-las aos quadros patológicos.

Refletindo sobre a neutralidade observadora do psicólogo quando da aplicação dos testes, Vorcaro (2002) chama a atenção para a influência e incorporação de conceitos da psicanálise que colocaram em questão a atitude de neutralidade pretendida pelos psicometristas, levando-os a refletir sobre os limites dos instrumentos que utilizavam.

Assim, as técnicas projetivas de avaliação são introduzidas no psicodiagnóstico sob a influência da psicanálise, fazendo com que, ao longo dos anos, a atividade quantitativa cedesse o lugar a uma atividade de caráter interpretativo, privilegiando a entrevista psicológica como meio de pesquisa (Yehia, 2009) e influenciando a construção do modelo

psicodinâmico de psicodiagnóstico. Tal modelo está alicerçado nos conceitos psicanalíticos respaldado nas teorias do desenvolvimento, da personalidade, da psicopatologia e na compreensão dos processos transferenciais.

Além da psicanálise, segundo Arzeno (1995), o psicodiagnóstico foi também influenciado pelas classificações da psicopatologia, contudo considerava os diferentes tipos de personalidade e enfatizava a história atual e pregressa do indivíduo, incluindo suas relações familiares, sociais e afetivas.

Assim, o psicodiagnóstico vai se constituindo como uma prática bem delimitada e que tem como objetivo compreender e descrever o mais completo e profundo possível a personalidade total do paciente e/ou do grupo familiar. Envolve ainda, os aspectos pretéritos, presentes (diagnóstico) e futuros (prognósticos) dessa personalidade, no qual o psicólogo obtém um panorama preciso do caso para a formulação das recomendações terapêuticas adequadas (Santiago, 2002). Nessa direção apresentam-o como um processo composto por etapas, apresentadas a seguir:

Seguindo nosso enfoque, reconhecemos no processo do psicodiagnóstico os seguintes passos: 1º) Primeiro contato e entrevista inicial com o paciente. 2º) aplicação de testes e técnicas projetivas. 3º) Encerramento do processo: devolução oral ao paciente (e/ou seus pais). 4º) Informe escrito para o remetente (Ocampo & Garcia Arzeno, 2003, p.12).

A entrevista inicial, para as autoras supracitadas, constitui-se como base para delinear todo o processo, sendo o momento em que um maior número de informações sobre o paciente poderá ser coletado pelo psicólogo, além de propiciar o delineamento do trabalho e a escolhas dos testes e técnicas projetivas a serem utilizadas.

Quanto à etapa de aplicação dos testes, assinalam a importância do planejamento da bateria de testes a serem aplicados para que o processo possa ser amplo e fornecer uma compreensão do paciente, sem ser exaustivo.

A entrevista devolutiva é caracterizada como um espaço de intervenção. Neste momento, os resultados encontrados pelo psicólogo são sintetizados e apresentados através da devolutiva oral ao paciente e/ou familiares, devendo ser apresentada por escrito ao profissional que a solicitou.

Já para Cunha (2002) as etapas do processo do psicodiagnóstico a serem realizadas pelo psicólogo, não precisam seguir uma sequência pré-estabelecida, pois essas etapas estão diretamente ligadas ao desenvolvimento do processo. São elas:

1. determinar motivos do encaminhamento (verificação da queixa);

2. fazer um levantamento de dados, investigando a história de vida do paciente (social, médica, profissional, escolar, etc.);
3. levantamento de dados sobre a história clínica e pessoal com a finalidade de estabelecer ligações com a situação atual do ponto de vista dinâmico e patológico;
4. investigação do estado mental do paciente através de procedimentos técnicos;
5. levantar hipóteses iniciais;
6. montagem do plano de avaliação do paciente;
7. realização do contrato de trabalho com o paciente;
8. aplicação de testes e outros instrumentos psicológicos;
9. levantamento de dados quantitativos e qualitativos;
10. seleção e organização de dados coletados;
11. devolutiva;
12. encerramento e encaminhamento.

Tal proposta apresenta-se como um processo prolongado e pode-se tornar cansativo para ambos; utiliza uma nosologia psicopatológica de cunho genérico que ignora as condições singulares do contexto do cliente, as características regionais e grupais que influenciam seu comportamento.

Além disso, os papéis do psicólogo e do cliente ficam bem demarcados: de um lado o paciente que solicita ajuda e de outro o do psicólogo que se propõe ajudar, o que se configura num processo bipessoal psicólogo-cliente de duração delimitada com início, meio e fim.

Considerando essa retomada histórica, neste momento, o psicólogo exercerá um papel ativo. Será o detentor do conhecimento teórico-técnico necessário para realizar e planejar a seleção de testes a serem aplicados visando à compreensão da personalidade do cliente e/ou do seu grupo familiar. O cliente, por sua vez, estará assumindo o lugar daquele que se submete a uma bateria de testes e fornece informações necessárias para que o psicólogo realize o processo diagnóstico.

O modelo apresentado, em suas diversas versões, embora bastante difundido, tem recebido várias críticas. Identificado a uma coleta de dados que propicia uma maior 'segurança' para que o psicólogo possa realizar um encaminhamento cuja indicação, quase inevitavelmente, culmina com a psicoterapia individual.

Yehia (2002, p. 115), ao referir-se ao psicodiagnóstico infantil tradicional afirma:

O psicodiagnóstico infantil realizado nos moldes tradicionais consta de uma ou duas entrevistas com os pais, para que o psicólogo entre em contato com a queixa, a dinâmica familiar e o desenvolvimento da criança, de testagem da criança e, depois de avaliados os testes e integradas às informações obtidas, de uma ou duas entrevistas devolutivas, nas quais o psicólogo apresenta aos pais suas conclusões diagnósticas e sugere os passos seguintes a serem trilhados: psicoterapia da criança, orientação aos pais, psicomotricidade, etc.

A autora citada observa que, na prática, os pais, nos casos de atendimentos com criança, e os clientes adultos que passaram pelo psicodiagnóstico tradicional, quando comparecem aos atendimentos indicados pelo processo, mostram-se pouco motivados e, quando questionados a respeito do processo anterior, limitam-se a repetir as queixas acrescidas de uma indicação terapêutica.

Santiago (2002) afirma que tal postura contribui para que a ansiedade do cliente se intensifique, o que dificulta o desenvolvimento do processo e o engajamento do cliente no atendimento posterior (psicoterapia).

Ainda segundo a autora supracitada, o cliente, ao buscar auxílio psicológico, está num momento muito particular de sua vida, e não consegue sozinho lidar com a situação. Essa busca denuncia a insuficiência de medidas tomadas anteriormente para a resolução dos problemas que o afligem, além da falência dos sistemas explicativos que construiu sobre suas causas, necessitando, assim, de uma atenção mais demorada de ambos os participantes (psicólogo e clientes). Para isso, no entanto, não é necessário iniciar uma pesquisa sobre toda a história do cliente.

Silvia Ancona-Lopez (2002) contribui com essa visão crítica e ressalta que o cliente, quando procura ajuda espera ser acolhido em seu sofrimento. Dessa forma, se o profissional desconsiderar o pedido e postergar a intervenção, poderá empobrecer um encontro rico em possibilidades.

Assim, as possibilidades de esclarecimento e reflexão por parte do cliente, que dependeriam da ajuda do psicólogo, se concentrariam nas entrevistas finais (Santiago, 2002). Isso ocorre porque, nesse modelo, a ideia de intervenção se remete sempre ao processo de psicoterapia.

Portanto, o psicodiagnóstico tradicional não é considerado comumente como uma prática interventiva, pois além de se dar em um número determinado de encontros, é entendido como prática de investigação, avaliação ou seleção, não podendo ser percebido como um momento passível de abrir novas perspectivas ou trazer mudanças positivas para o cliente (Ancona-Lopez, S., 2002).

Nessa direção, o processo perde muito de seu sentido, já que não desperta interesse e utilidade para o cliente e configura-se como “uma relação e uma expectativa de que o saber, o conhecimento, a atitude mental ativa no processo são privilégio ou dever somente do psicólogo” (Santiago, 2002, p.13).

Desse modo, segundo a autora supracitada, numa atitude equivocada, o cliente delega ao profissional a plena responsabilidade de chegar a uma compreensão e explicação acerca do que acontece com ele próprio, baseando-se na crença de que apenas o terapeuta tem condições de lhe fornecer sugestões úteis. Tal postura, ainda de acordo com essa autora, pode corresponder a uma necessidade defensiva do cliente e, caso o psicólogo assuma esse lugar, a tendência é que se estruture uma relação assimétrica, que coloca o cliente à margem do processo compreensivo que vai sendo construído no diagnóstico.

Uma relação desse tipo poderia estar alicerçada nas fantasias de impotência de um e onipotência do outro, podendo dificultar um trabalho clínico efetivo, pois se fundamenta na “negação das capacidades ou potencialidades do cliente, negação dos limites do psicólogo, negação da dificuldade de se realizar um trabalho profícuo com tantas distorções perceptivas e sem a participação compreensiva do cliente” (Santiago, 2002, p.13).

Para Yehia (2002), o psicodiagnóstico tradicional se constitui numa etapa importante do processo para o psicólogo que o realizou por oferecer uma segurança para o encaminhamento, todavia, pouco contribui para o cliente e para o futuro terapeuta.

Nesse contexto de insatisfações, foi na década de 80 que as inquietações diante da prática psicológica do psicodiagnóstico em instituições foram se delineando rumo à ruptura. Inserida nesse contexto como coordenadora de duas clínicas-escola de psicologia da cidade de São Paulo, Marília Ancona-Lopez realizou uma pesquisa de levantamento da população e dos serviços prestados nessas instituições. O resultado dessa pesquisa, de acordo com a autora, apontou pouca eficácia dos serviços desenvolvidos nessas clínicas-escola; apontou ainda uma distância entre a demanda da clientela e os serviços oferecidos, o que culmina no abandono dos atendimentos, baixo índice de alta da clientela, além de reencaminhamentos constantes devido a grande lista de espera.

Publicada, essa pesquisa promoveu novos estudos dessa natureza em outras regiões do país, suscitando inquietações e a necessidade de modificações dos serviços de atendimento psicológico em instituições, visando a oferecer um atendimento mais eficaz à população.

A partir de então, iniciou-se um árduo processo de mudança. Segundo Marília Ancona-Lopez (2002, p. 69-70),

Focalizar as resistências ao delineamento da nova prática clínica em uma instituição de ensino e prestação de serviço psicológico permite ter acesso a um conjunto de negociações, evidenciando seus agentes e objetos, assim como os pressupostos partilhados que permitiram construir um processo grupal de psicodiagnóstico infantil em uma abordagem fenomenológico existencial e construir uma nova ordem institucional.

No caminho do processo de mudança, como relata a autora acima citada, foi necessário que se fizesse um acordo entre o subgrupo de supervisores para que fosse facilitada a introdução da reforma no atendimento.

Desse modo, foi imprescindível o respeito à posição de alguns supervisores que, mesmo reconhecendo “os incômodos de um atendimento individual e a longo prazo em uma instituição de saúde mental voltada para um público de baixa renda”, não estavam adeptos às mudanças. “Resistiam porém às propostas de alterações nos atendimentos por considerá-las não suficientemente reconhecidas e sedimentadas no meio psicológico” (Ancona-Lopez, M. 2002, p. 83).

Por outro lado, “os supervisores que trabalhavam com triagem e psicodiagnóstico mostravam total adesão à introdução de mudanças em suas áreas e defendiam esta posição diante dos estagiários” (Ancona-Lopez, M. 2002, p. 83).

Nesse contexto, segundo a autora, as assimetrias vividas entre as posições dos supervisores não fragmentaram a equipe, os profissionais se uniram respeitando suas diferentes perspectivas teóricas rumo às mudanças. Assim, a união e o respeito entre eles, propiciaram que as atividades dos setores de aconselhamento psicológico e psicoterapia infantil não sofressem alterações. Nos setores da triagem, grupos de espera e psicodiagnóstico, considerados como “porta de entrada” na clínica psicológica, as modificações aconteceram e os atendimentos em grupo foram privilegiados. Nesses setores, os alunos/estagiários participavam do atendimento grupal juntamente com seu supervisor, nesses atendimentos se utilizava a “técnica do cochicho” desenvolvida por Yehia.

Tal técnica propõe que alunos e supervisores trabalhem conjuntamente com os clientes. Durante o atendimento, há momentos em que cada aluno, ou dupla de alunos, conversa individualmente com um cliente e momentos em que se abre a fala no grupo como um todo. [...] Assim, o aluno pode experimentar o contato com o cliente e assistir ao manejo do grupo pelo supervisor (Ancona-Lopez, M. 2002, p. 81).

Todo esse processo de mudança dessas modalidades de prática psicológica foi permeado por muitos estudos, pesquisas, reuniões e discussões. Essas mudanças tinham como

“objetivo bem definido – atender mais e melhor” à população, estabelecendo “uma relação simétrica com o paciente”, reconhecendo “seu direito ao acesso as informações que lhe diziam respeito”, estabelecendo “um processo participativo de atendimento”, exprimindo “raciocínios e conclusões teóricas em linguagem acessível ao cliente” e respeitando “suas decisões quanto ao modo de seguir os encaminhamentos propostos” (Ancona-Lopez, M. 2002, p. 86).

Após serem inauguradas as novas modalidades de prática psicológica, de acordo com a autora acima citada, os atendimentos se mostraram positivos. No âmbito quantitativo, houve diminuição do índice de desistência e de reencaminhamentos. Qualitativamente, por parte dos supervisores, houve o reconhecimento de que os novos modelos de atendimento ampliavam as possibilidades de o psicólogo trabalhar junto ao cliente esclarecendo e reelaborando os significados atribuídos aos comportamentos infantis que haviam determinado a busca pelo atendimento psicológico.

Assim, “os atendimentos diagnósticos começaram a ser feitos em grupo concretizando definitivamente a mudança que vinha se operando na clínica” (Ancona-Lopez, M. 2002, p. 89).

Foi nesse contexto, de acordo com Ancona-Lopez (2002), que se deu o processo de modificação e introdução do psicodiagnóstico grupal interventivo, desde o início pensado como um atendimento grupal com o objetivo de “oferecer um atendimento mais eficaz à população”(p.68), diminuindo, assim as filas de espera, possibilitando maior adesão aos encaminhamentos. Tal processo de mudança também envolveu estudos e discussões sobre as temáticas desveladas. Esses estudos foram publicados em forma de artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, capítulos de livro gerando produção acadêmica.

A introdução do psicodiagnóstico grupal interventivo possibilitava o atendimento entre sete e oito crianças e seus respectivos responsáveis em oito a dez sessões. Os grupos eram formados a partir do trabalho da triagem que também era realizado em grupo. Então, a partir da triagem havia a possibilidade de serem encaminhados para o grupo de espera, no qual eram permitidos atendimentos imediatos a clientes em crise ou um atendimento individual, ou então para o psicodiagnóstico (Ancona-Lopez, M. 2002).

O grupo de psicodiagnóstico interventivo era formado seguindo os critérios da faixa etária e similaridade de queixas, o que se justificava pela necessidade do psicólogo facilitador dominar conhecimentos específicos da psicologia do desenvolvimento (físico e cognitivo), da personalidade, da psicopatologia, além de informações quanto aos recursos da comunidade disponíveis para cada faixa etária.

O pressuposto norteador para a organização do grupo era de que a condição de proximidade quanto às etapas da vida, comportamentos e situações relacionais típicas da fase de desenvolvimento facilitasse o estabelecimento de uma rede de referenciais e interesses comuns. O grupo então era conduzido de modo que os clientes pudessem falar sobre suas experiências e que também pudessem ouvir as experiências dos outros possibilitando, desse modo, uma ampliação do campo vivencial.

Os primeiros encontros eram realizados com os pais/responsáveis, quando o psicólogo podia ouvi-los e intervir esclarecendo a queixa e ampliando a compreensão das diferentes demandas: das criança e dos pais/responsáveis. Essas diferenças eram explicitadas e circulavam no grupo na busca de novas compreensões. Após a primeira ou segunda sessão com os pais/responsáveis, era entregue um roteiro de anamnese, preparado para esse fim, para que fosse preenchido em casa. Na sessão seguinte trabalhava-se com as anamneses de diferentes modos: utilizando a “técnica do cochicho” num primeiro momento sendo discutida com os estagiários em duplas e depois trabalhadas em grande grupo, apenas a serem discutidas no grupo como um todo, ou ainda tema a tema. A autora acredita que “a própria anamnese concretiza diferentes possibilidades de significar queixas semelhantes” (Ancona-Lopez, M. 2002, p. 99).

O atendimento com crianças se dava após a anamnese: nesses encontros eram utilizados materiais lúdicos, em que o psicólogo conduzia uma sessão de observação lúdica grupal com utilização ou não de desenhos. Inicialmente, o psicólogo se apresentava e pedia para que as crianças se apresentassem e então dissessem o motivo de pelo qual foi levada à clínica. A partir daí, podiam falar sobre o que sabiam e a respeito das queixas, como isso a incomodava. Havia a possibilidade de serem feitas visitas domiciliares pelos estagiários, caso fossem necessárias. Nas semanas subsequentes, realizava sessões individuais ou coletivas para utilização dos testes ou outros recursos clínicos. Ao final das sessões, conversava com as crianças sobre as observações feitas, usando as situações clínicas como metáforas das situações vividas e também sobre situações familiares.

Assim, segundo Marília Ancona-Lopez (2002, p. 103)

após a geração de um núcleo de significados que dá conta das demandas envolvidas no processo, o diagnóstico psicológico termina. O cotidiano dos pais e filhos volta a fluir até que as lacunas e contradições nele contidos resultem em novas urgências que demandem o auxílio profissional.

Marília Ancona-Lopez e seus colaboradores (2002), após vários estudos, questionamentos e pesquisas em relação às práticas desenvolvidas no psicodiagnóstico

tradicional, apontam outra forma de realização do psicodiagnóstico, realizado em grupo, ressaltando sua dimensão terapêutica.

A proposta do psicodiagnóstico grupal interventivo ressalta a necessidade de acolher o cliente em seu sofrimento no momento da queixa inicial, levando em conta as considerações e compreensões trazidas na primeira entrevista assumindo assim, desde logo, um caráter interventivo.

Intervenção advém do latim *intervenire* e significa meter-se de permeio, ser ou estar presente, assistir, interpor os seus bons ofícios. Silvia Ancona-Lopez (2002, p. 26) ilumina tal significado da definição apresentada por Freire em um dicionário da língua portuguesa, ampliando seu entendimento.

Para a autora supracitada,

Meter-se de permeio: indica atuação. Posição ativa de alguém que interfere, que se coloca entre pessoas, que de algum modo estabelece um elo, uma ligação. *Interpor os seus bons ofícios*: ação de quem tem algum preparo em determinada área e põe seus conhecimentos à disposição de quem deles necessita. Ação de quem acredita no que faz. *Estar presente*: (...) parece indicar uma posição. Alguém a quem se pode recorrer e que está inteiro na situação. *Assistir*: indica ajuda, cuidado, apoio (Ancona-Lopez, S. 2002, p. 26).

A intervenção, portanto, pode ser definida como o assumir de uma posição (por parte do profissional) que cria condições para um processo de apropriação (por parte do cliente), levando a construções significativas na compreensão da demanda (Ancona-Lopez, S. 2002).

Nessa direção, para Morato (1999, p. 84) “(...) propiciar relações de ajuda é uma prática que envolve um comprometimento político”, refere-se a uma ação: “convocação do profissional como ser humano a experienciar e agir, conforme as condições de sua humanidade”. Tal reflexão não é pertinente apenas à prática psicodiagnóstica, mas remete-se a toda atuação clínica.

No psicodiagnóstico grupal interventivo, a intervenção se dá, inicialmente, a partir de um pedido de ajuda imediata e da “predisposição por parte do cliente de iniciar um movimento no sentido da mudança” (Ancona-Lopez, S. 2002, p.33).

Dessa forma, a apresentação do problema não deve ser considerada a “informação precisa”, requer uma ação mutuamente negociada, redefinindo e transformando a tarefa do profissional na busca de uma compreensão mútua com o cliente da demanda que motivou a procura do serviço (Yehia, 2009).

Diante dessa compreensão, Yehia (2009) afirma que o psicodiagnóstico passa a ser constituído em uma situação na qual o cliente é considerado um parceiro ativo do processo e o psicólogo será aquele que facilitará mudanças positivas, possibilitando uma gama maior de escolhas e estimulando um viver com novas perspectivas. Ainda segundo a autora, enquanto o atendimento não tiver um sentido para o cliente, ele continuará se limitando a seguir a indicação do profissional como se este fosse uma autoridade, ficando difícil contar com a sua colaboração ativa.

A demanda trazida pelo cliente suscita uma atitude reflexiva por parte do psicólogo, na busca de possibilitar ao cliente a apropriação da queixa ampliando suas compreensões de modo a chegar a real demanda. Para que isso aconteça,

(...) o psicólogo deverá estar interessado em acompanhar seu cliente a engajar-se em um processo contínuo de *auto-diagnóstico* em vez de se limitar a compreender sozinho o problema. Consequentemente, o cliente torna-se um parceiro ativo e envolvido no diagnóstico e na solução de seus problemas, adquire maiores possibilidades de continuar acessando o significado de suas experiências, transformando-o em *conhecimento pessoal*, que pode ser utilizado na solução de problemas futuros (Yehia, 2009, p.66).

Desse modo, a intervenção enquanto ação clínica busca a ampliação da demanda e a tematização do sofrimento, e pode possibilitar o emergir de novas compreensões sobre a crise vivida. O processo tornar-se-á significativo para os envolvidos, acolhendo o cliente em seu sofrimento e permitindo que a demanda se amplie convidando-o a assumir um papel ativo.

Assim, no psicodiagnóstico grupal interventivo, estabelece-se uma situação de cooperação entre psicólogo-clientes e entre cliente-clientes, onde a capacidade de observação, aprendizagem e compreensão, de ambas as partes, constitui a base indispensável para o trabalho. Pais e/ou clientes adultos e psicólogos, são equivalentes, observam-se a si mesmo e ao outro buscando compartilhar a compreensão do que está sendo vivenciado (Yehia, 2002, p. 119). A autora acima citada (2004) ressalta o caráter colaborativo do processo psicodiagnóstico grupal:

Desta maneira, não estaremos procurando os aspectos internos do cliente, que fazem com que tal ou qual coisa se manifeste desta ou daquela maneira, mas trabalhamos sempre no entre (ser no mundo com os outros), no modo como as coisas aparecem, no significado que elas têm para o psicólogo e o cliente, considerando que cada um de nós toma, o tempo todo, decisões pessoais, dando sentido à sua própria existência (Yehia, 2004, p.68).

Portanto, a mudança se mostra na atitude do psicólogo junto ao cliente nessas situações, e na compreensão daquilo que está sendo vivenciado. Essa mudança de postura sugere que o psicólogo se liberte dos conceitos rígidos e aplicação das técnicas na prática, adotando uma atitude de abertura para o inesperado, para o que se desvela diante das intervenções, levando o cliente a confrontar-se com seus comportamentos usuais refletindo sobre eles e ampliando o campo de possibilidades de novos modos de estar-no-mundo.

Ancona-Lopez (2002) compreende que:

Esta colaboração (...) somente será possível se o psicólogo se abrir para a co-participação do cliente e acreditar que este último pode compartilhar os conhecimentos que se forem configurando durante o processo. É uma atuação que se caracteriza pelo fato de o psicólogo partilhar suas impressões sobre (e com) o cliente, levando-o a participar do processo e abandonar a postura passiva de “sujeito” a ser conhecido. A partir daí o psicólogo manterá sua escuta voltada para as possibilidades de intervenção (p.33).

Assim, tal proposta de prática, fundada na perspectiva fenomenológica existencial, valoriza a interação cliente-psicólogo permitindo a ambos o contato com o modo de ser cotidiano do cliente favorecendo a tematização do vivido e desvelando outros modos de poder ser (Siqueira, 2011, p.27).

Em tal prática, Yehia (1994), além de privilegiar a atitude interventiva, enfatiza a relação co-operativa entre clientes e entre clientes e psicólogo, privilegiando ambos os participantes no processo compreensivo:

A situação de psicodiagnóstico torna-se então uma situação de cooperação em que a capacidade de ambas as partes observarem, aprenderem, compreenderem constitui a base indispensável para o trabalho. Tanto os pais como o psicólogo procuram compreender o que está sendo vivenciado, sendo que a compreensão dos pais e do psicólogo são equivalentes e compartilhadas (p. 120).

Nesse sentido, as compreensões dos clientes e do psicólogo não são iguais ou complementares e podem-se apresentar de formas opostas, mas igualmente importantes. O fundamental é que tais compreensões sejam compartilhadas e que ambos - psicólogo e clientes - estejam envolvidos num jogo em que haja a possibilidade de ampliação dessas compreensões acerca do vivido, facilitando o desvelamento de sentido da existência do cliente.

Desse modo, o psicólogo “está mais interessado em acompanhar seu cliente a engajar-se em um processo contínuo de *autodiagnóstico* em vez de se limitar a compreender

sozinho o problema” (Yehia, 2009, p. 66 – grifo da autora). O cliente, por sua vez, engajado no processo, torna-se um parceiro ativo na busca do desvelamento do sentido e na ampliação da demanda.

Partindo da situação de colaboração assinalada pela autora supracitada, Siqueira (2011) na sua dissertação de mestrado orientada por Barreto, discute a possibilidade de compreender a “colaboração” numa perspectiva da ontologia fundamental, proposta por Heidegger, indo para além da compreensão mediana de colaboração. Amplia a possibilidade colaborativa proposta e a compreende como dimensão do modo de ser do homem, compreendido como *Dasein*. Na origem de tal compreensão, buscou-se na noção de “fusão de horizontes” de Gadamer (2012), outra possibilidade de compreender o psicodiagnóstico, que passa a ser denominado de Psicodiagnóstico Colaborativo.

Ao lado do trabalho desenvolvido por Siqueira (2011) acrescentam-se os resultados de pesquisas desenvolvidas no PIBIC/UNICAP e também desenvolvidas por Barreto (2011). As referidas pesquisas apontaram para a importância de o psicodiagnóstico ser realizado em grupo e enfatizaram o vínculo estabelecido entre os profissionais e os clientes e entre todos os participantes, possibilitando a apropriação da experiência e a ampliação das queixas apresentadas, apontando para novas possibilidades compreensivas. Ressaltou que as intervenções realizadas durante o psicodiagnóstico interventivo/colaborativo, expressaram a compreensão dos psicólogos no acolhimento da queixa apresentada e facilitaram a participação dos demais componentes do grupo, contribuindo para a ampliação da demanda (Barreto & Carneiro, 2011b).

Quanto à formação, os estudantes de Psicologia participantes da pesquisa, perceberam que a modalidade de prática do psicodiagnóstico interventivo/colaborativo é um espaço para intervenção clínica. Nessa prática, o psicólogo age como facilitador da tematização da demanda, possibilitando um espaço de acolhimento da queixa e da intervenção de todos os participantes. Realçou, ainda, a importância de esse trabalho ser feito em grupo, o que contribui para a dimensão de colaboração entre os próprios membros participantes, ampliando as possibilidades compreensivas. Ressaltaram a importância do psicólogo em formação estar em contato com o contexto social e contemporâneo, o que possibilita abertura para o exercício da prática psicológica em situações diversas e inesperadas.

A modalidade de prática do psicodiagnóstico interventivo/colaborativo possibilitou aos estudantes participantes outro modo de fazer/pensar a Psicologia, bem como compreender a perspectiva de uma clínica ampliada, não só no que diz respeito às situações institucionais, mas a própria constituição do espaço clínico. Os alunos participantes

ressaltaram, ainda, que esse conhecimento durante a formação pode estimulá-los a problematizar outras questões relacionadas à ação clínica do psicólogo, contribuindo com o campo de pesquisa psicológico (Barreto & Silveira, 2011c).

Como resultado dos estudos realizados o Psicodiagnóstico Colaborativo em grupo foi se configurando como uma situação privilegiada de conversações e interrogações constantes entre psicólogo e cliente e entre clientes. Portanto, faz-se necessário que os envolvidos (psicólogos, clientes – crianças, pais/responsáveis) estejam “disponíveis para acolher o outro em sua alteridade e singularidade, possibilitando transformar o encontro numa experiência significativa para todos que dele participem” (Siqueira, 2011, p.89).

Assim, o psicodiagnóstico, enquanto uma modalidade de prática psicológica vai se constituindo numa prática hermenêutica, possibilitando o surgimento de uma nova compreensão, decorrente de uma fusão de horizontes. Na fusão, não há sobreposição de um horizonte sobre o outro, mas apresenta-se como algo novo que se desvele, originado pelo diálogo estabelecido entre os campos de circunvisão dos clientes e do psicólogo onde se privilegia a pré-compreensão, a compreensão experiencial dos envolvidos acerca do fenômeno interrogado, possibilitando que se desvele um horizonte em que os intérpretes possam olhar e aproximar-se do que se revela.

A dimensão colaborativa mostra-se como possibilidade de uma relação hermenêutica entre psicólogo e clientes. Possibilitando através da “fusão de horizontes”, dar-se-à conhecer o fenômeno que se desvela. A compreensão que se tem a partir de então, é um campo comum de interlocução entre todas as partes envolvidas no processo, revelada a partir do compartilhar experiências e compreensões. Esta compreensão revelada tem o caráter do desfecho, de algo que ao mesmo tempo que se fecha, se abre às novas possibilidades.

Compreendido desse modo, o Psicodiagnóstico Colaborativo se “apresenta como uma modalidade de prática psicológica com “con-tornos” flexíveis, um encontro hermenêutico que acolhe a multiplicidade própria do ser-aí” (Siqueira, 2011, p. 91 – grifos da autora).

Antes de delinear a proposta do Psicodiagnóstico Colaborativo, torna-se necessário esclarecer a noção de “fusão de horizontes” desenvolvida por Gadamer, apesar de reconhecer a complexidade de seu pensamento e não ter a pretensão de apresentá-lo detalhadamente em uma pesquisa sobre a ação clínica no Psicodiagnóstico Colaborativo.

1.1 PSICODIAGNÓSTICO COLABORATIVO E “FUSÃO DE HORIZONTES”

Com o objetivo de atender a necessidade apontada no item anterior, antes de fazermos um breve recorte da fusão de horizontes, iniciamos com alguns contornos do pensamento de Gadamer.

1.1.1 “Fusão de Horizontes”.

Hans-George Gadamer foi discípulo de Heidegger, dedicou-se ao estudo da tradição hermenêutica e, partindo de tais estudos, desenvolveu a compreensão hermenêutica filosófica. É importante destacar que a hermenêutica nasceu como uma técnica exclusivamente voltada para os textos bíblicos e jurídicos, sendo ampliada ao contexto interpretativo e solidificando-se como uma técnica do compreender, através da qual se pudesse chegar a uma verdade contida num discurso falado ou escrito. Desse modo, a hermenêutica é um método que busca a compreensão da verdade (Lawn, 2007, p.67).

Entretanto, para Gadamer, a hermenêutica se apresenta como própria ao processo de compreender humano. O compreender não está vinculado à verdade como conhecimento absoluto e imutável, vincula-se a verdade como *alethéia* compreendida, por sua vez, como interpretação do ser.

Verdade como *Alethéia* significa o que não pode ser esquecido, o que pode ser recordado. Recordar vem de um radical latino *cor-cordis* que significa coração. Portanto, *Alethéia* não é somente o que não pode ser esquecido, mas aquilo que se pode pôr de novo no coração (Pompéia & Sapienza, 2004).

As palavras gregas *Alethéie e alethés*, significam desvelamento e desvelado, ligam-se aos verbos e significam dizer.

Segundo Heidegger, qualquer dizer “... precisa do âmbito do desvelamento. Só a partir do desvelamento algo pode “...tornar-se dizível, visível, mostrável, perceptível. Se mantivermos na mira o enigmático imperar da *Alethéia*, do desvelamento, então podemos até suspeitar que mesmo toda a essência da linguagem repousa na des-ocultação, no imperar da *Alethéia*” (Heidegger apud Gawendo, 2001, p.109).

Gadamer remete-se ao círculo hermenêutico da compreensão vislumbrado por Heidegger em que a hermenêutica possibilita o exercício do desvelamento não na busca de explicações causais, mas compreendendo e interpretando o fenômeno que se apresenta. Todo o compreender tem início com um questionamento que possibilita pôr

em xeque os horizontes do intérprete, abrindo-se para as possibilidades de surgimento de novas compreensões.

Para o autor supracitado a compreensão se dá sempre num jogo constante de horizontes cujos interlocutores estão em interpelação o tempo todo sem que haja uma sobreposição de um horizonte sobre o outro, mas permitindo o desvelar de algo novo.

O termo horizonte não é original de Gadamer, ele corresponde à ideia de Humboldt de que

A linguagem oferece ao falante não somente os meios de comunicação, mas também um ponto de vista através do qual pode ver o mundo, uma visão global. À medida que adquirimos a capacidade de usar a linguagem e, como resultado do processo de aculturação, adquirimos ao mesmo tempo um “horizonte”, uma perspectiva do mundo. O termo (...) sugere uma visão panorâmica a partir de uma determinada perspectiva. (Lawn, 2007, p.91).

Para Gadamer, somos seres históricos e apesar de não podermos escapar das coordenadas da vida histórica, não somos os fantoches da história controlados por preconceitos herdados. Os preconceitos fazem parte do nosso modo de entender, eles são os pré-julgamentos que precedem ao julgamento. Por sermos seres históricos, nós nos constituímos pela tradição.

A palavra tradição vem do latim *tradere*, que significa “passar adiante”, a palavra se refere a atividade de transmissão, passar algo adiante de geração a geração. [...] habilidades e práticas transmitidas como parte de uma tradição não são meramente repetidas como uma linha de produção; tudo aquilo que é transmitido está constantemente num processo de re-elaboração, re-processamento e re-interpretação. [...] Nunca conseguimos escapar da tradição, pois sempre estamos nela (Lawn, 2007, p.54).

O conceito de tradição – passar adiante, transmitir um conhecimento de geração a geração – não é ingênuo, ele se constitui no movimento de re-elaboração, re-interpretação. Aqui, este conceito deve ser entendido como um pré-conceito que possibilita o próprio compreender e não como pressupostos que precisam ser superados. Os pré-conceitos, ou conceitos prévios, são pré-constitutivos de todo e qualquer processo do compreender, não é algo que precise ser bem trabalhado para então possibilitar uma visão correta de mundo. A tradição, portanto é um aspecto da vida social, é uma força vital inserida na cultura. Compreender um texto ou fragmento do passado é, de fato, entendê-lo a partir da questão que ainda hoje ele nos suscita: um processo de contínua fusão ou alargamento de horizontes do

qual todo intérprete participa com outros no longo e árduo caminho do sentido; a reconstrução de um sentido passado se funde sempre com o que atrai diretamente o presente.

A fusão de horizontes não corresponde a um contrato, ou estabelecimento de um acordo previamente estabelecido, mas corresponde a uma possibilidade compreensiva do que emerge na conversação entre dois ou mais horizontes (Gadamer, 2012).

Para que a fusão de horizontes aconteça se faz necessário que os interlocutores estejam dispostos ao diálogo e que procurem valorizar em si mesmos o estranho e o adverso. Desse modo, como ressalta Siqueira (2011, p. 86):

Quando ambos se colocam na relação desta forma – uma vez que a condição ontológica do poder-ser é disposição afetiva e pré-compreensão – os interlocutores conseguem considerar e manter os argumentos e contra-argumentos possibilitando – através de uma transferência recíproca, imperceptível e não arbitrária – chegar a um horizonte comum.

1.1.2 O Psicodiagnóstico Colaborativo

O Psicodiagnóstico Colaborativo, mantém a atitude de intervenção desde o início do atendimento, ressaltando a “disponibilidade afetiva” de colaboração como condição de ser-no-mundo-com-os-outros e, compreende o diálogo como possibilidade de “fusão de horizontes”.

Através do diálogo, da conversação entre psicólogo e clientes e entre clientes há a possibilidade de se desvelar uma visão de mundo construída na “fusão de horizontes” do psicólogo-cliente, cliente-cliente. Para isso, é necessário que ambos “estejam dispostos a se colocarem neste jogo compreensivo, de modo que possam acolher a alteridade, o estranho e o adverso, o que implica um movimento constante de questionamento” (Siqueira, 2011, p.86).

Os modos de fazer e pensar esta prática não seguem, portanto, um padrão rígido e normatizado, não define técnicas a serem aplicadas de modo eficaz. Cada encontro é percebido como novo, é na relação a partir do desvelamento do fenômeno que seus contornos são construídos e delimitados.

Em tal proposta o Psicodiagnóstico Colaborativo tem duração média de dez a doze encontros semanais, assim discriminados:

Nas entrevistas iniciais, geralmente em grupo com os pais, o psicólogo tem o conhecimento da queixa e busca contribuir para a ampliação da demanda. Nessa etapa,

também é estabelecido o contrato de trabalho, ou seja, quais as condições mínimas para que juntos (pais e psicólogo) possam compreender o que está acontecendo.

Nos encontros com as crianças, o psicólogo busca compreender, junto com elas, através do lúdico, o modo como cada uma compreende seu estar no mundo com os outros. Além disso, busca apreender o modo como entram em contato com o outro (psicólogo, os outros participantes do grupo, os materiais de arte e jogos). O brincar, o lúdico com crianças (e também com adultos), permite-nos compreender como a criança interage grupalmente; o modo como realiza as tarefas em conjunto, considerando comportamentos de liderança, competição, colaboração, disputa, passividade, participação, criatividade e iniciativa. Durante o encontro o psicólogo pode iniciar um diálogo apresentando as impressões da experiência vivida e os questionando sobre o que está sendo dito, abrindo assim, um espaço de discussão. Desse modo, abre-se a possibilidade de se estabelecer uma conversa, um diálogo esclarecedor e rico em desvelamento.

Já, os encontros com os pais e a criança possibilitam ao psicólogo compreender o modo como eles se relacionam. Tal compreensão é facilitada pela situação lúdica, possibilitando o diálogo com os pais, e favorecendo a compreensão do vivido através do diálogo entre psicólogo e família sobre suas observações, atrelando a situação presente àquela vivida no cotidiano.

Ao final do processo, há o momento da devolutiva que é feita em um encontro com o grupo de pais e outro encontro com o grupo das crianças.

A devolutiva aos pais se dá no sentido de se construir uma compreensão conjunta de todo o processo do qual participaram. Na sessão de devolutiva para as crianças, um dos modos possíveis de fazê-la é através da contação de histórias. Desse modo, é apresentado um livro de história com as compreensões obtidas nos encontros, aos moldes do conto de fadas, em cujo final será construído pela criança cada vez que a ler ou ouvir. Dessa forma a devolutiva torna-se terapêutica para as crianças e os pais, pois a história é levada para casa e pode ser revisitada.

O último encontro consiste no desfecho, encerramento do processo com os pais. Entendemos desfecho como ação, algo que estava preparado para acontecer. E o Psicodiagnóstico Colaborativo tem um número de encontros delimitado, um tempo para acontecer – 10 a 12 sessões. Entretanto, ao mesmo tempo em que desfecho é final, também está ligado à totalidade da história, o que foi vivido pode ser historiado. Fechar aquilo que des-fecha, que ao mesmo tempo em que fecha, abre, no sentido de que uma coisa nova se coloca quando o desfecho preenche a primeira situação. Nesse sentido, durante o processo a

queixa trazida foi tematizada e a demanda ampliada. O que se dá no desfecho, ainda que seja o abandono, é a compreensão de que algo ocorreu. Como condição humana, desfecho é sempre fecho e des-fecho, ele encerra e propõe, tira uma coisa e coloca outra no lugar. O que é novo pode ser um novo jeito de ser, um novo modo de olhar para o mundo, para si mesmo, para a criança. Desse modo, as coisas passam, mas não se nadificam ou desaparecem, esse movimento permite compor cada história (Pompéia & Sapienza, 2004). O último encontro é contemplado como desfecho, tudo isso, pois as compreensões aconteceram durante todo o processo, os encaminhamentos e as mudanças se colocaram a caminho, é o momento de dizer adeus e seguir.

Como recurso, o Psicodiagnóstico Colaborativo lança mão tanto dos testes psicológicos como de visitas domiciliar e escolar.

Os testes poderão ser utilizados para ajudar a compreender alguma dificuldade específica da criança principalmente na dimensão cognitiva e de aprendizagem, e os resultados, analisados qualitativamente, oferecem indicações que poderão ajudar na compreensão da demanda e até orientar possíveis encaminhamentos.

A visita domiciliar baseada na tese de Corrêa (2004) permite ao psicólogo conhecer as pessoas que não podem comparecer às consultas, conversar e saber como as idas ao psicólogo são vistas por elas. Possibilita-lhe conhecer o espaço de que a criança dispõe na casa e na família, seus brinquedos, o quarto onde dorme. Poderá observar, ainda, a relação entre os membros da família, pois uma observação direta poderá ser diferente daquela percebida através das falas dos pais ou da criança.

A visita escolar, segundo a dissertação de Maichim (2006) é importante no sentido de que é lá que a criança passa boa parte do seu dia e, muitas vezes, é o disparador do encaminhamento psicológico. Na escola a criança estabelece várias relações com os outros e constitui novas redes de significados. Conhecer as relações da criança com o professor, com os colegas e outros profissionais da escola, possibilitará ao psicólogo ampliar o olhar sobre ela. É importante que se conheça a relação que os pais estabelecem com a escola e as expectativas que têm em relação a ela.

Nesse contexto, a situação de Psicodiagnóstico Colaborativo pode ser realizada em grupo de até dez famílias, cuja situação grupal acontece de três diferentes modos: grupo com pais, grupo com crianças e grupo com pais e crianças.

No anexo 02 encontra-se a tabela com os modos de fazer e pensar o psicodiagnóstico bem como o papel do psicólogo e do cliente.

Como a proposta desse estudo é compreender a experiência de grupo de pais nesta modalidade de prática psicológica no próximo capítulo, deter-nos-emos em estudar a situação de grupo, apresentando um breve olhar sobre a psicoterapia de grupo, proposta que se aproxima da experiência de grupo com pais, no psicodiagnóstico colaborativo.

2 GRUPO: BREVE PERCURSO

(...) Transcender é uma transgressão. Mas ficar dentro do que é, isso exige que eu não tenha medo! Eu vou ficar dentro do que é. Há alguma coisa que precisa ser dita, não sentes que há alguma coisa que precisa ser sabida? oh, mesmo que depois eu tenha que a transcender ...
(Lispector, 2009, p.82).

Este estudo tem como proposta compreender a experiência de grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo na perspectiva fenomenológica existencial.

Inicialmente, importa dizer que, não existe, na literatura consultada, nenhuma referência específica ao trabalho de grupo com pais na situação do psicodiagnóstico. Diante de tal contexto, considerou-se que um breve percurso sobre a inserção da modalidade grupal, como possibilidade de atendimento clínico, poderia contribuir para tal compreensão. O breve relato do processo como a situação grupal foi ocupando espaço na intervenção psicológica, predominantemente realizada de modo individual, contribuiu como subsídio para compreender a experiência dos pais no Psicodiagnóstico Colaborativo, que, de alguma maneira, apesar da especificidade do objetivo – Psicodiagnóstico – não deixa de ter uma dimensão terapêutica.

A situação de grupo foi e continua sendo estudada por diversos autores, dentre eles: Pratt (1905), Moreno (1910), Lazel e Marsh (1920), Burrow (1925), Bion (1940), Pichon Rivière (1945), Rogers (1965), Barros (1996), Zimerman (2000), Yalom e Leszcz (2006), Guanaes (2006), Rasesa e Japur (2007) e estão sendo desenvolvidas diversas técnicas de intervenção na situação de grupo para acolher o sofrimento.

A história da origem da psicoterapia de grupo é menos precisa que a da psicoterapia individual, surgiu intuitivamente e foi adotada empiricamente, tanto por Pratt quanto por Moreno – seus precursores.

A literatura americana atribui a Joseph H. Pratt a criação da psicoterapia de grupo. Ele, com o propósito de ensinar aos pacientes a melhor maneira de cuidar de si próprios e da doença, em 1905 iniciou um programa de assistência a doentes de tuberculose incapazes de arcar com os custos de internação. Reunia-os uma vez por semana, em grupos de 15 a 20 membros, para que fosse possível estabelecer maior contato com eles. Nesses encontros, além dos cuidados clínicos, orientava os pacientes a adotarem atitudes positivas em relação às suas

condições, e enfatizava a necessidade de manter a confiança e a esperança. Utilizava a reunião para transmitir, simultaneamente, instruções e conselhos, e oferecer apoio a grupo de pacientes que apresentavam problemas, sintomas e doenças semelhantes. A oportunidade de compartilhar experiências de condições equivalentes era um dos fatores importantes, além do efeito benéfico que um paciente exercia sobre outro quando apresentava melhora. Nesses encontros, denominados por Pratt de aulas, processava-se o que, atualmente, se conhece por fatores terapêuticos: universalidade, aceitação e instilação de esperança (Bechelli & Santos, 2004).

Na década de 20, enquanto Lazell e Marsh tratavam pacientes internados, Burrow realizava atendimentos em grupo no ambulatório com pacientes não psicóticos. Seus grupos contavam com dez participantes, as sessões eram semanais com uma hora de duração, enfatizando nesses encontros a interação entre os membros, estimulando-os a falarem sobre seus pensamentos e sentimentos uns aos outros, examinando o conteúdo latente das perguntas, das opiniões e queixas apresentadas. Em 1925 adotou pela primeira vez o termo *análise de grupo*.

Do outro lado do Atlântico, na Romênia, Moreno começava a lançar as sementes da psicoterapia de grupo e do psicodrama. Entre 1910 e 1914, formou grupos com crianças nos parques de Viena e improvisava representações nas ruas com prostitutas, procurando desenvolver grupos de discussão e de autoajuda. O resultado dessas primeiras experiências convenceu-o da importância da espontaneidade como ingrediente fundamental do processo criativo e vitalizador da vida. Em 1921, fundou com um grupo de atores o Teatro de Improvisação. Considerava que grande parte da psico e sociopatologia poderia ser atribuída ao desenvolvimento insuficiente da espontaneidade e que seria possível obter benefício terapêutico por intermédio da representação, isto é, na vivência ativa e estruturada de situações psíquicas conflituosas. Tal prática levaria o indivíduo a descobrir as implicações dos eventos na própria vida (Bechelli & Santos, 2004).

Portanto, Pratt e Moreno foram os precursores da psicoterapia de grupo e participaram de sua evolução durante toda a vida. Ao lado de suas iniciativas pioneiras, observou-se que,

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial ocorreu uma grande mudança social quanto à procura de um profissional em decorrência de problemas emocionais. [...] Ir a um profissional de saúde mental era considerado confissão de fracasso pessoal, vergonha para a família e um estigma. Entretanto, os traumas decorrentes da guerra, tanto em civis quanto em

militares, mudaram esse conceito. Passou a haver maior demanda de assistência psicológica em um universo com escasso número de psicoterapeutas. Em consequência, houve grande impulso à psicoterapia de grupo que passou a ser considerada como importante recurso terapêutico (Bechelli e Santos, 2004, p. 4).

Na década de 40, Wilfred. R. Bion, um eminente psicanalista da Sociedade Britânica de Psicanálise, foi influenciado pelas ideias de M. Klein. Durante a Segunda Guerra Mundial, partindo das suas experiências com grupos de reabilitação e seleção de militares, realizadas no hospital militar Northfield e na Tavistock Clinic, em Londres, criou e difundiu conceitos originais acerca da dinâmica grupal, dentre eles mentalidade grupal, cultura do grupo, valência, cooperação, dimensão “atávica” de grupo, dimensão “mítica” de grupo, liderança, grupo de trabalho, grupo de pressupostos básicos, grupo sem líder (Zimerman, 2000).

É importante ainda chamar atenção para a contribuição de Pichon Riviére, 1945, que definiu grupo operativo, com o objetivo de acolher "um conjunto de pessoas com um objetivo em comum". Os grupos operativos trabalhavam na dialética do ensinar-aprender; o trabalho em grupo proporciona uma interação entre as pessoas, onde elas tanto aprendem como também são sujeitos do saber, mesmo que seja apenas pelo fato da sua experiência de vida; dessa forma, ao mesmo tempo em que aprendem, ensinam também (Zimerman, 2000).

Outra contribuição importante para a aceitação de intervenções grupais foi apresentada, em meados de 1965, por Carl Rogers. Psicólogo norte-americano de orientação humanista cria os chamados "Grupos de Encontro", ou grupos vivenciais. Nesses grupos, acompanhando as tendências da Terapia Centrada no Cliente; quanto à relação diádica, o facilitador ou facilitadores do grupo (terapeuta de grupo) privilegiam o processo de relações entre os participantes de grupo e a recriação da singularidade por meio do encontro e do confronto entre as diferenças ("atitude dialógica", de Buber). Centra o trabalho do facilitador na relação fenomenológica entre ele e os membros do grupo e não na aplicação de teorias e técnicas. Apontando como condições facilitadoras básicas a empatia; a aceitação positiva incondicional e a congruência.

Também a análise bioenergética compreende que os grupos têm força e influência sobre os indivíduos, uma vez que participamos de grupos no decorrer de toda a nossa vida – escola, amigos, esportes, religião, família, entre outros – sendo uma necessidade social que nos acompanha até a morte. É nos grupos que o indivíduo tem a possibilidade de afirmar sua existência como ser social (Correia, 2010).

Nesse breve percurso, na tentativa de apreender o modo como as intervenções grupais foram sendo incorporadas ao rol das práticas psicológicas, ainda é relevante ressaltar a contribuição de Zimerman (2000). O autor aponta ainda que, a definição de grupo é muito vaga e imprecisa, podendo designar conceituações dispersas. Dentre os vários significados, grupo pode ser definido como certo número de pessoas reunidas para um fim comum, constituindo desse modo, uma nova identidade, com leis e mecanismos próprios e específicos. A conceituação também pode-se estender no nível da abstração.

Segundo o autor acima citado, é necessário que haja uma distinção entre grupo e agrupamento.

Por agrupamento entendemos um conjunto de pessoas que convivem partilhando de um mesmo espaço e que guardam entre si uma certa valência de inter-relacionamento e uma potencialidade em virem a se constituir como um grupo propriamente dito. (...) a passagem da condição de um agrupamento para um grupo consiste na transformação de “interesses comuns” para a de “interesses em comum”. (Zimerman, 2000, p. 83).

Desse modo, para Zimerman (2000), um grupo se constitui como uma nova identidade com leis e mecanismos próprios e específicos; os integrantes se reúnem em torno de uma tarefa e de um objetivo em comum; o tamanho do grupo não poderá exceder um limite que coloque em risco a comunicação tanto visual como auditiva, verbal e conceitual; grupo é uma unidade que se manifesta como uma totalidade, sendo necessário que haja a preservação da singularidade de cada participante; é inevitável que se forme um campo grupal onde permeiam fantasias, papéis, identificações e ansiedades.

Atualmente, Yalom e Leszcz (2006) têm apresentado contribuições significativas para o estudo e divulgação das grupoterapias, afirmando “que a terapia de grupo tem um longo e comprovado registro como uma forma bastante efetiva e produtiva de psicoterapia” (p.509).

Ainda segundo os autores “o grupo não apenas representa um microcosmo social (...), como também se torna um laboratório onde se demonstram, muitas vezes com grande clareza, o significado e a dinâmica do comportamento” (2006, p.53). Eles defendem que, embora algumas pessoas apresentem resistência a esse modelo de atendimento, há a constatação de sua eficácia, e afirmam que a psicoterapia de grupo tem efeitos tão ou mais abrangentes que a psicoterapia individual. “A terapia de grupo é uma forma bastante efetiva de psicoterapia e que ela é pelo menos igual à psicoterapia individual em sua capacidade de proporcionar benefícios significativos” (Yalom & Leszcz, 2006, p.23).

Eles definem linhas naturais para apresentarem a experiência terapêutica em grupo em onze fatores primários. São eles: a instilação de esperança; a universalidade; o compartilhamento de informações; o altruísmo; a recapitulação corretiva do grupo familiar primário; o desenvolvimento das técnicas de socialização; o comportamento imitativo; a aprendizagem interpessoal; a coesão grupal; a catarse; os fatores existenciais.

Com o objetivo de acompanhar o pensamento dos autores indicados acima, apresenta-se a seguir a compreensão que desenvolvem sobre os fatores indicados.

A **esperança** é por si só terapêutica e mantém o cliente em terapia além de possibilitar melhora significativa em relação à cura. A **universalidade** desempenha um papel importante na terapia grupal. De um modo geral, os pacientes que começam no grupo acreditam que seu problema é único, na situação grupal, ao perceberem que outras pessoas vivenciam situações e sentimentos semelhantes são tomados por um sentimento de alívio. O ambiente grupal propicia o **compartilhamento de informações** é um contexto ideal de parceria e colaboração, possibilita a aprendizagem. Envolve também o **aconselhamento direto** quando os membros do grupo podem compartilhar de emoções e vivências, possibilita o **altruísmo**, permitindo que os membros possam perceber-se como capazes de oferecer algo importante a outrem atribuindo assim sentido a sua vida. Outro fator importante na terapia de grupo é a **coesão grupal**, que se dá quando os membros do grupo têm sentimento de pertencimento, de afeto, de conforto e de respeito. Ser pertencente e respeitado no grupo facilita ao indivíduo as descargas emocionais possibilitando-lhe refletir sobre suas emoções, explorar aspectos próprios do ser que ainda estão desconhecidos ou são evitados, sendo um caminho importante para a mudança – **cartase** (Yalom & Leszcz, 2006).

Yalom e Leszcz (2006) relatam cinco importantes sentimentos de pacientes e terapeutas imprescindíveis no contexto terapêutico, e os nomeia de **fatores existenciais**. São eles: reconhecer que a vida às vezes é injusta; reconhecer que essencialmente não existe saída da própria vida para a morte; reconhecer que não importa o quanto eu me aproxime de outras pessoas, ainda devo enfrentar a vida sozinho; enfrentar as questões básicas de minha vida e da morte e, assim, viver minha vida de forma mais honesta e prender-me menos a trivialidades; aprender que devo assumir a responsabilidade completa, pela maneira como levo a vida, não importa quanto ao apoio e orientação eu receba dos outros.

Apesar de reconhecer a importância da contribuição dos autores referidos no que concerne ao reconhecimento do atendimento em grupo como modalidade de prática psicológica, o foco do trabalho vai privilegiar os autores pós-estruturalistas, que estão se

debruçando sobre a temática: grupo. Tal escolha justifica-se pelo fato de apresentarem uma compreensão da ação clínica que se aproxima do modo como as intervenções clínicas são realizadas na modalidade do Psicodiagnóstico Colaborativo, incluindo aí as intervenções realizadas na situação de grupo. Ressalta-se que a perspectiva fenomenológica que fundamenta tal proposta apresenta pontos de desconstrução em relação ao modelo de intervenção desenvolvido pela psicologia tradicional. Posição esta que se aproxima das críticas apresentadas pelos autores pós-estruturalista à psicologia individual.

Dentre os autores pós-estruturalistas que podem contribuir com o objetivo da presente pesquisa, destaca-se Barros (1996) ao questionar o sentido de grupo partindo da noção de subjetividade, não situando sua constituição no campo individual, mas no campo de todos os processos de produção social e material. Para ela o grupo assume um papel de intermediador entre o indivíduo e a sociedade. Faz uma reflexão crítica sobre o modo como a maior parte das propostas grupistas pensa o grupo como reducionismo político, indo de encontro à ideia de utilização do grupo como técnica-em-si. Questiona o psicologismo por remeter o grupo a seu "interior", criticando as substancializações que transformaram o grupo num objeto a ser pensado/trabalhado como fonte de mudanças de comportamento. Como dispositivo, o grupo recusa qualquer forma de totalização e unidade, é sempre multilinear.

Nessa direção, Barros (1996) compreende grupo como

um dispositivo que põe a funcionar máquinas de desmanchamento do "indivíduo" que nós somos, que acionam movimentos no que deixamos de ser no encontro com a alteridade que nos avizinha e no deslizar pela superfície daquilo que estamos em via de diferir e nos tornar (p.04). (...) acreditamos poder o grupo-dispositivo funcionar, como uma fenda, uma fenda que segmente de forma flexível os territórios existenciais tão marcados pelos funcionamentos "individualizantes", abrindo passagens para a multiplicidade de subjetividades outras (p.09).

Ficando ainda na discussão sobre a noção de subjetividade e ressaltando o quanto a mesma está atrelada à filosofia do sujeito, respaldando uma compreensão individualista, autocentrada e a-histórica de sujeito, dominante na modernidade, recorre-se a Barreto (2011a). A referida autora, partindo da analítica existencial ao modo de Heidegger, compreende a noção de subjetividade na perspectiva fenomenológica existencial pode ser considerada como intersubjetividade trans-subjetiva, como bem indica Figueiredo (2009). Assim, refere-se

a um campo de uma realidade primordial – anterior a separação interno e externo - , concebida como continente, com relação a experiência subjetiva. Nessa experiência, constituída como solo de acolhimento e sustentação, o Outro/alteridade emerge como constitutivo das experiências subjetivas com um caráter de inclusão primordial (p.05).

Continuando nessa direção, Rasera e Japur (2007) também posicionam-se de forma crítica diante de perspectivas tradicionais as quais concebem grupo como um fenômeno unitário e totalizante. Sediados no referencial construcionista, os autores acima citados, redefinem grupo segundo suas características relacionais.

Desse modo, o foco grupo se desloca para os processos conversacionais e narrativos que se desenvolvem nos relacionamentos humanos possibilitando a esta prática ser vivida com base em novas metáforas e vocabulários em que “a criação de uma conversação dialógica no grupo deva passar pela liberdade de conversar entre seus participantes, em que todos possam participar como agentes de uma investigação compartilhada” (Rasera & Japur, 2007, p. 84).

Assim, surgem outros modos possíveis de descrever o grupo, sua composição, objetivo, duração e o papel do terapeuta e do participante. As autoras citadas nos convidam “a considerar o grupo terapêutico como um contexto relacional em permanente construção que pode promover certos tipos de conversa” (p. 92).

Portanto, o grupo propicia o contato entre as pessoas que têm suas histórias de vida marcadas por semelhanças e diferenças. As semelhanças e as diferenças atuam como um jogo em que podem servir como “uma mostra de como a vida poderia ser de outro jeito, ou de como, apesar de diferentes situações, os significados podem ser semelhantes” (p.96).

O terapeuta de grupo, nesse sentido, atuará como um parceiro conversacional. Por meio do estabelecimento do contrato, “terapeuta e participantes são co-responsáveis pelo desenvolvimento das relações no grupo” (p.97).

No grupo terapêutico, a duração é definida pelo entendimento do grupo como uma intervenção ético-política, refere-se ao lugar do grupo terapêutico na produção social dos discursos sobre si mesmo e o problema, que se dá na delimitação do tempo breve da intervenção.

Segundo os autores, a introdução de um grupo terapêutico em uma instituição que oferece outras possibilidades de cuidado pode facilitar que este seja compreendido como um dos contextos de construção de si, tendo cada participante a possibilidade de vinculação a

outros relacionamentos, atividades e contextos nos quais tal processo de construção pode assumir diferentes perspectivas, incluindo ações políticas para transformação de determinadas formas socialmente disponíveis de descrição de si (Rasera & Japur, 2007).

Para Guanaes (2006, p.85) “o grupo se constrói como recurso terapêutico no próprio momento interativo, nas negociações e trocas discursivas entre seus participantes”.

Assim, a autora define a terapia de grupo como uma prática conversacional, em que “seus participantes respondem uns aos outros de modo *responsivo* (em resposta a outros enunciados) e *retórico* (construindo narrativas explicativas de suas posições)”. Deste modo, na situação grupal, os participantes se empenham em coordenar suas ações produzindo assim entendimentos compartilhados, os quais nem sempre são consensuais, mas que “lhes permitem prosseguir nesse contexto discursivo, investindo na busca por descrições pessoais alternativas – em especial, de suas descrições de problema, relacionamentos, tratamento e mudança” (Guanaes, 2006, p.85).

Nesse contexto, o grupo aparece como uma prática discursiva, ganhando visibilidade “como recurso terapêutico em seu próprio “acontecer”. [...] o grupo passa a ser referido não ao que ele é, mas sim ao que as pessoas fazem juntas” (Guanaes, 2006, p.86 – grifos do autor).

Segundo a autora acima citada, o objetivo da terapia de grupo, em uma perspectiva conversacional, pode ser descrito, como uma tentativa de construção, “por meio do discurso colaborativo, de um contexto dialógico, no qual a negociação ativa de sentidos de mundo, de problema e de si entre os participantes (incluindo o terapeuta) possa contribuir com a emergência de possibilidades alternativas de vida e de relação” (Guanaes, 2006, p.87).

O discurso colaborativo para esta autora está fundamentado na compreensão de que o tipo de diálogo entre os participantes e o terapeuta integra um mesmo círculo hermenêutico, ou seja, “um processo dialógico no qual a interpretação parte das pré-concepções do terapeuta, mas conta também com uma narrativa que lhe é apresentada (a história do cliente)” (Guanaes, 2006, p.65).

Em relação ao papel do terapeuta de grupo, em uma perspectiva conversacional esse também tem uma especificidade, ainda que seja considerado um co-autor no processo de produção de sentidos – e, portanto, co-responsável pelos processos de “mudança” (Guanaes, 2006).

O terapeuta é visto como co-responsável pelas narrativas construídas nesse contexto e também como mediador do processo de conversação que se poderá estabelecer na

construção de um espaço dialógico cuja pluralidade de vozes que ali estão, sejam administradas de modo respeitoso e reflexivo.

Portanto, é necessário que o terapeuta assuma uma

postura interpretativa, não no sentido tradicional de se adicionar novas informações ao relato apresentado, mas no sentido proposto pela hermenêutica filosófica (Gadamer, 2012), que enfatiza a necessária participação do intérprete na construção do entendimento. [...] o terapeuta também está presente a partir de uma dada posição com seus preconceitos e valores. Na relação com o outro, busca nele a alteridade, a diferença, que é o que gera a possibilidade da compreensão (Guanaes, 2006, p.64).

A autora continua sua reflexão fundamentada na hermenêutica filosófica de Gadamer (2012), que considera as perguntas como um instrumento especialmente útil no caminho da compreensão. Para ele, “a essência da pergunta é a de abrir e manter abertas possibilidades”. Através das perguntas, podemos rever ou questionar nossos preconceitos, na busca de uma compreensão do que o outro nos apresenta como verdade. O termo verdade é compreendido por Gadamer como desvelamento, desocultação. A partir das narrativas e das perguntas do terapeuta, as quais são orientadas pela interpretação (valores e preconceitos) da situação relatada e pela atitude de curiosidade (saindo do lugar do suposto saber), é que surge a possibilidade de movimentação e abertura de sentidos, propiciando ao cliente novas possibilidades de significação (Guanaes, 2006).

A conversação, de um modo geral, se apresenta como um meio importante de produção de sentidos. O grupo como natureza terapêutica se constitui no momento interativo, por meio da troca dialógica construída entre os participantes, e entre os participantes e o terapeuta. Pensado desse modo, o trabalho de grupo poderá dar visibilidade a essa dimensão da conversação como produção de sentido (Guanaes, 2006).

Diante do que foi exposto, podemos compreender que a responsabilidade, o isolamento, a liberdade, a falta de sentido e a finitude são limites imutáveis da vida e permeiam todo o nosso existir. Segundo os autores referidos, travamos uma disputa com o existir: não pensamos na morte, mas não queremos deixar de existir; queremos um modelo de vida, mas a vida é uma construção singular; necessitamos pertencer ao mundo, porém o mundo não tem um significado acabado. Nós é que damos significados ao mundo. Essas questões pertencem a todos os seres humanos e estão presentes no trabalho em grupo permeando as discussões e reflexões.

Desse modo, na situação de grupo, o diálogo entre os componentes se dá tal qual a dinâmica de um jogo, em que a condução jamais se reduz a uma ação voluntária de um dos participantes. Tal encontro constituir-se-á como uma teia que é tecida por todos os participantes que, como colaboradores do processo, constroem possibilidades de compreensão dos diversos modos de ser dos participantes, como também das modalidades de sofrimento desveladas na situação grupal.

A compreensão da situação de grupo apresentada por Barros (1996), Guanaes (2006) e Rasera e Japur (2007), e aproximam-se da compreensão desenvolvida por Siqueira (2011) ao propor o Psicodiagnóstico Colaborativo a partir da noção de fusão de horizontes proposta por Gadamer.

Nessa direção, na tentativa de contribuir para ampliar as possibilidades compreensivas do grupo de pais na modalidade de prática psicológica do Psicodiagnóstico Colaborativo, antes de apresentar nossa experiência e as compreensões que se desvelaram, torna-se necessário fazer algumas considerações sobre a ação clínica na perspectiva fenomenológica existencial.

2.1 A Ação Clínica na Perspectiva Fenomenológica Existencial

As contribuições de Heidegger e Gadamer são de grande importância para, de posse delas, nos debruçarmos sobre a ação clínica. Com o intuito de desenvolver uma reflexão sobre a ação clínica, será apresentado um breve recorte do pensamento desses autores, privilegiando considerações que possam contribuir para a proposta referida.

Heidegger parte da fenomenologia de Husserl e amplia seu pensamento na direção das dimensões da historicidade e da temporalidade como sentido ontológico de todas as estruturas constitutivas do ser do homem. Seu pensamento vai afastando-se de uma ênfase metodológica, própria da metafísica e das ciências da natureza, e passa a assumir uma dimensão ontológica.

Desse modo estamos diante da crítica que Heidegger faz à ciência e à técnica moderna, nas quais se busca encontrar a verdade universal. O pensar ocidental fundamentou-se no paradigma metafísico com a esperança de conceber o conhecimento seguro, verdadeiro. Assim, se acreditava ter ido além do modo de pensar originário que concebe o ser do real

como totalidade englobando o ser e o não-ser. Entretanto, os pré-socráticos - também conhecidos como os pensadores originários - compreendiam a verdade do ser como *alethéia*, ou seja, o que se desvela a partir do ocultamento. Desta forma, tudo o que “é”, está sempre em sintonia com a alteridade, com a qual tanto se opõe como se relaciona, constituindo, ao mesmo tempo, uma identidade e uma distinção (Michelazzo, 1999).

Entretanto, o paradigma metafísico ao buscar o conhecimento como verdade indubitável, distancia-se de tal compreensão originária e termina por privilegiar apenas a parte iluminada (revelada, que pode ser vista) do real. Nesta direção, caracteriza-se como um modo de pensar essencialista visando a responder o que é o ser.

A esse respeito, Heidegger afirma que a metafísica esquece a “diferença ontológica” entre ser e ente. Para o filósofo, a técnica instrumentaliza a ação humana com o objetivo de alcançar determinados fins numa relação de causalidade. Desse modo, a ação humana é guiada e tem como referência a razão tecnológica, perspectiva que influenciou a constituição da Psicologia como ciência (Michelazzo, 2002).

Acerca de tal contexto, Heidegger, na carta de 07 de março de 1960, escreve a Boss:

Às vezes me pergunto de que maneira os jovens médicos, em seu envolvimento excessivo com o conhecimento profissional, podem se desprender da simples prática. Mas este caso não é isolado; a dificuldade se mostra em todo lugar. No futuro esta dificuldade deverá aumentar com o predomínio da técnica (Heidegger, 2009b, p.298).

Nesse sentido, o pensamento de Heidegger é a abertura de possibilidades para se questionar a prática psicológica tradicional, proporcionando elementos para refletir a ação clínica sem o domínio da técnica e afastando os processos prescritivos voltados para o tratamento e a cura (Michelazzo, 2002).

Heidegger, buscando esclarecer ou interrogar a questão do ser, dá-se conta da necessidade primeira de se interrogar ou compreender “o ente em que se coloca essa questão, ou seja, o homem, a quem ele chama de *Dasein*, ou ser-aí, cuja estrutura fundamental é ser-no-mundo” (Prado, 2005, p.47).

Segundo Sá (2005, p. 325), “Heidegger designa como *Dasein* (ser-aí) o modo de ser deste ente que mesmo somos”.

De acordo com Critelli (2007, p. 58) “ente é tudo o que é, o que tem manifestação...” assemelha-se ao movimento fenomênico de desocultação e ocultação, de se por à luz, de se tornar visível.

Há uma grande diferença entre o homem e os entes que não têm seu modo de ser. Segundo Heidegger (2012)

O ente que temos a tarefa de examinar, nós o somos cada vez nós mesmos. O ser desse ente é cada vez *meu*. No ser desse ente, ele tem de se haver ele mesmo com o seu ser. Como ente desse ser, cabe-lhe responder pelo seu próprio ser. O *ser* ele mesmo é o que cada vez está em jogo para esse ente (p. 139).

Para Michelazzo (2002, p. 190), a palavra *Dasein* não pode ser resumida apenas à sua tradução como: existência. É preciso considerar que Heidegger a toma através de uma significação ontológica: “*Dasein* quer dizer que o homem é um ente que habita aí, na abertura (*Da*), onde ele compreende o ser das coisas (*sein*)”. Portanto, o ser do homem é pura abertura de sentido, *Dasein* (*ser-aí*) é existência, é ser-no-mundo.

Assim, o filósofo se utiliza da atitude fenomenológica, ou seja, sem uma problematização prévia, expondo a princípio o problema do ser do homem partindo do que ele chama de cotidianidade ou medianidade.

A medianidade não é uma estrutura que se privilegia de início em detrimento de outras, ela indica o conjunto “confuso e indeterminado – dos modos de ser reais ou possíveis do homem, como uma espécie de média estatística das maneiras com que os homens individuais se determinam no mundo” (Vattimo, 1996, p. 23).

Ser-no-mundo é uma expressão que explicita o caráter de unidade, homem e mundo são co-originários. Ser em um mundo não pode ser compreendido como dentro de, mas necessita ser compreendido como um modo de habitação, de estar junto a, de estar familiarizado com. “O homem cria seu ambiente; ele está sempre ambientando o mundo. [...] sendo no mundo é, o homem, mundano” (Gawendo, 2001, p.81).

Segundo Heidegger,

A “mundanidade” é um conceito ontológico e significa a estrutura de um momento constitutivo de ser-no-mundo. Mas este, nós o conhecemos como uma determinação existenciária do *Dasein*. Mundanidade é, por conseguinte, ela mesma um existenciário (2012, p.199).

Mas qual a compreensão de mundo? Heidegger, em *Ser e Tempo*, nos diz:

“Mundo” não é ontologicamente uma determinação *do* ente que em sua essência o *Dasein* não é, mas um caráter do *Dasein* ele mesmo.
[...] Mundo pode ser entendido por sua vez em um sentido ôntico, mas agora não como o ente que não é por sua essência o *Dasein* e que pode vir-de-

encontro no interior-do-mundo, mas como “aquilo *em que*” “vive” um *Dasein* factual como tal (2012, p. 201). Mundo possui aqui um significado pré-ontologicamente existenciário. Desse sentido, resultam diversas possibilidades: mundo ora indica o mundo “público” do nós, ora o mundo circundante mais próximo (doméstico) e “próprio”(2009a, p. 112).

Desse modo, segundo Sá (2005), o ser-no-mundo nos revela uma unidade estrutural ontológica da existência do *Dasein*, que nos remete a três momentos característicos da totalidade desse fenômeno: o mundo como estrutura de sentido; o quem é no mundo, revelado de início como impessoalidade cotidiana; e o modo de ser-em um mundo, onde a estrutura se desdobra em compreensão e disposição.

A compreensão, segundo Heidegger, é um existencial, afasta-se da noção de função como algo que poderá ou não se dar. Ela sempre se dará. É abertura do ser-no-mundo. Na abertura da compreensão, o mundo se dá na medida em que o *Dasein* é no mundo, ou seja, contexto de sentidos, possibilidades e significados. Quando o modo de ser é simplesmente dado na relação de ocupação, instrumentalidade, o *Dasein* tende a fechar-se ao sentido do ser. O instrumento é aqui entendido não como objeto, mas como verdadeiro modo de ser das coisas.

O homem está no mundo sempre como ente referido às próprias possibilidades, isto é, assumindo-as, num sentido amplo, como instrumentos. Instrumento nesse sentido é também a lua, que ao iluminar uma paisagem nos submerge num estado de espírito melancólico; e em geral também a contemplação desinteressada da natureza insere sempre esta última num contexto de referências, por exemplo, de recordações, de sentimentos ou, pelo menos, de analogias com o homem e suas obras (Vattimo, 1996, p.28).

O homem sendo no mundo, de imediato e na maioria das vezes, vive na medianidade, assumindo-se num modo de ser simplesmente dado. Ele está “envolvido no familiar, sente-se em casa e, assim, encobre sua condição originária de habitar o inóspito, o estranho e de, nele, estar entregue a si mesmo” (Gawendo, 2001, p.98). Desse modo, o homem foge e se esquivava da responsabilidade de cuidar de ser, propiciando-lhe permanecer na impropriedade que o acolhe e o abriga fazendo-o sentir-se em casa.

Porém, quando algo rompe essa cotidianidade, “o mundo perde o sentido e o *ser aí* fica frente a frente consigo mesmo. A angústia faz o *ser aí* se voltar para si mesmo” (Gawendo, 2001, p.98). Enquanto *ek-sistente*, enquanto disposição de humor abre o homem para o encargo de si mesmo lançando-o na estranheza.

Ainda segundo a autora acima citada, “Embora seja na impropriedade que desde sempre o homem já está, ele sempre terá a chance de, atravessando a angústia, apropriar-se de

si-mesmo, de seu poder ser“ (Gawendo, 2001, p. 99). Desse modo, quando algo rompe essa cotidianidade, abre-se a possibilidade de que outros sentidos, outros modos de ser se desvelem.

Como o homem é sendo no mundo, ele está o tempo todo compreendendo e interpretando a trama significativa no qual está inserido. A interpretação, nesta perspectiva, constitui-se como condição de tematizar e elaborar as possibilidades previamente compreendidas, própria do processo de compreensão.

Assim, o homem está desse modo, a caminho, em direção, cuidando do mundo aproximando-se e distanciando-se das coisas que lhe vêm ao encontro. Esse modo como se aproxima e se distancia das coisas revela o modo peculiar de ser do homem.

Para Heidegger (2009a), a compreensão e a interpretação se sintonizam com o humor (disposição afetiva). A disposição afetiva ou *Befindlichkeit* – é uma palavra alemã que pode ser traduzido como situação afetiva - traz a acepção de achar-se, encontrar-se, estar, situar-se. Para Heidegger, *Befindlichkeit* combina as ideias de estar situado e de se sentir, de onde ou como alguém se encontra, é uma afetividade involuntária. “O encontrar-se é um modo existenciário fundamental em que o *Dasein* é o seu “aí”” (Heidegger, 2012, p.397).

Segundo Vattimo (1996, p.41),

[...] a situação afetiva é algo que encontramos sem dela podermos dar razão, a conclusão será que ela nos põe perante o fato de o nosso modo originário de captar e compreender o mundo ser algo cujos fundamentos nos escapam, sem ser, por outro lado uma característica transcendental de uma razão pura, já que a afetividade é o que cada um de nós tem de mais profundo, de mais individual e de mais cambiante.

Portanto, o estar aberto ao mundo é um fato manifestado na afetividade, um aspecto que constitui o projeto do *Dasein* de vir a ser. O estar-aí é finito mesmo sendo o que abre e funda o mundo, é estrutura lançada do *Dasein* chamada por Heidegger de facticidade da existência. Nesse círculo, se revela o pré, ou seja, o fato de o “conhecimento não poder ser outra coisa senão a articulação de uma pré-compreensão que o estar-aí já se encontra sempre, é apenas a finitude constitutiva do *Dasein*” (Vattimo, 1996, p.42).

A disposição afetiva (humor) e a compreensão constituem o modo de ser da abertura do ser-no-mundo juntamente com o discurso ou linguagem.

É através da linguagem que uma experiência pode ser tematizada e assim compreendida e interpretada. Porém, essa não é a linguagem comum da representação, é a linguagem da *poiésis* - que significa poesia - mas que também significa criação e produção em sentido mais amplo. *Poiésis* é a linguagem que busca o interlocutor em seu espaço de

liberdade, ela é gratuita, emocional e sem necessidade de argumentação mediada pela razão. Assim sendo, a comunicação pode ou não acontecer (Pompéia & Sapienza, 2004).

De acordo com Rodrigues (2006), o discurso/linguagem poderá dar-se pela palavra, pelo silêncio, pela escuta, pela leitura, pelo sonho, por todas as formas de expressão do ser-no-mundo. Através dele o homem se mostra como ente que é, ficando implícito na fala o ocultamento e o desocultamento. A hermenêutica, nesse sentido, possibilita o desvelamento, mas não de forma explicativa e sim como compreensão e interpretação.

Ao homem, ser-aí, a vida lhe é dada em poder ser e, portanto ele está entregue à responsabilidade do por fazer. Desse modo, o homem está o tempo todo a caminho, tendo que se fazer junto às coisas e aos outros, entregue a responsabilidade de ser. Existindo no mundo o homem vai sendo ele mesmo. Relaciona-se com a trama de significações e por ela é absorvido estabelecendo assim uma relação de conformidade com o mundo.

A existência para Heidegger, segundo Spanoudis (1985, p. 22), “guarda seu sentido etimológico original – *ek-sistencía* - , quer dizer, algo que emerge, torna-se manifesto, desvela-se”. Nessa compreensão de existência, Heidegger assinala o existir humano – *Dasein* – “como sendo uma “clareira” que possibilita perceber, compreender, entender e conhecer a totalidade dos significados de tudo o que encontramos no mundo”.

A clareira constitui as muitas maneiras onde “tudo o que é se torna presente, manifesta-se e se esclarece; assim como sentimos, agimos, pensamos, enfim como vivemos” (Spanoudis, 1985, p.22).

Ser no mundo é ser em movimento, é não-ser ainda, é possibilidade de realização. Como o homem se constitui com os outros, então sua realização só é possível no mundo junto aos outros. Estando sempre junto ao outro o outro lhe com-forma no mundo que é sempre compartilhado.

O mundo é compartilhado com os outros entes. Para Heidegger os outros são aqueles dos quais eu não me distingo, que juntos formamos a gente e a gente se apresenta em cada um de nós. Como bem compreende Gawendo (2001):

Os outros com os quais eu sou e estou junto também sou eu. Em cada um de nós os outros estão presentes. Somos exclusivos embora sejamos como os outros são. Ser plural e também singular, ser com os outros e ser si mesmo fazem parte da constituição do ser humano (p.92).

No universo, onde tudo é familiar e rico em sentido, a previsibilidade e a lógica são soberanas e se torna um lugar confortável e seguro. Porém, quando algo acontece e

denuncia a falência do sistema, colocando em evidência sua natureza, surge a angústia. “A angústia, enquanto disposição de humor, ou seja, enquanto *ex-posição ek-sistente* abre o homem para o encargo de ser si mesmo”, e o lança a estranheza, ao não estar em casa (Gawendo, 2001, p. 98).

A angústia se dá frente a essa ruptura de significados, frente ao nada, tira o homem da sua zona de conforto e previsibilidade. Esse dar-se conta se faz doloroso, quase que insuportável, pois toma o indivíduo, enche-o em toda a sua plenitude, podendo levar o homem a buscar no passado a familiaridade perdida.

Esta possibilidade de transitar do modo-de-ser impessoal para o poder ser-si-mesmo, assumindo o que lhe é próprio, é chamado de clamor da ‘consciência’. O clamor é um modo de discurso que dá algo a compreender, se dá no silêncio, na ausência de referências universais, no rompimento de todas as determinações medianas. O discurso seria, portanto, a possibilidade do *Dasein* sair da condição do impessoal e assumir-se na escolha de seu destino. Nesse sentido, a liberdade é uma condição de abertura que coloca o *Dasein* numa posição de livre correspondência aos sentidos.

Como aponta Gawendo (2001),

No decorrer de sua existência o homem transita na maior parte das vezes no familiar da impropriedade, porém para chegar a ser seu próprio *poder ser*, terá que se entregar a inospitalidade da angústia. Porém quando esta passar, será devolvido ao seu *estar em casa* e retornará à familiaridade, só que com maior intimidade consigo mesmo e talvez podendo viver a vida de forma mais criativa (p.102).

O *Dasein* é testemunha do seu limite enquanto existente, condição essa compreendida como estar em débito. Ao estar no impessoal, o *Dasein* encontra-se na ilusão da completude ou a julga como uma possibilidade que lhe é dada. O clamor convoca o *Dasein* a assumir-se em sua condição originária como estando em débito. Valores e verdades ditadas pelo impróprio perdem sua força, abrindo para a possibilidade de singularização.

Ainda como contribuição para pensar a ação clínica recorre-se a algumas reflexões desenvolvidas por Gadamer.

Em *Verdade e Método* (2012), a questão central é a natureza da compreensão humana. Cautelosamente o filósofo faz uma crítica fundamentada à perspectiva moderna que subordina a verdade ao método. Demonstra a compreensão de que a verdade não é uma questão meramente epistemológica, de método, mas uma questão ontológica, referindo-se, portanto, à interpretação do sentido do ser. Assim, entende compreensão como um existencial

e possibilidade como o desvelamento no campo histórico compreensivo que caracteriza o modo de ser do *ser-aí*.

A Hermenêutica Filosófica de Gadamer privilegia três temáticas: a estética, a história e a linguagem. A linguagem, porém tem uma importância fundamental, pois o autor postula que toda compreensão apenas se realiza através da linguagem e que a estética e a história são atravessadas por ela.

A linguagem (*Vermittlung*) é a mediação da comunicação que estabelece o solo onde a compreensão acontece. Este solo não se estabelece ante uma negociação, ou acordo, a compreensão se baseia na disposição à conversa dos participantes, da disposição de se emprestarem à coisa ou ao assunto que se apresenta na conversação.

A apresentação desse assunto na conversa se dá pela palavra, que tem como função essencial trazer algo à presença. Desse modo, para Gadamer (2012), a palavra pressupõe sempre uma pré-compreensão transmitida historicamente, enfatizada ontologicamente como interpretação. A preocupação de Gadamer é com o acontecer da compreensão em sentido fenomenológico, através da sua inovadora filosofia da linguagem.

Para isso, recorre às contribuições do filósofo moderno da linguagem Wilhelm Humboldt (1767-1835), que propôs outro modo de pensar a verdade do mundo, ultrapassando o dogmatismo dos gramáticos. Para Humboldt a fala não é uma estrutura fechada, mas, uma unidade viva que invoca a totalidade de sentido, pois é a partir dela que somos inseridos numa comunidade linguística, num contexto de significância, havendo uma conexão indissolúvel entre individualidade e natureza universal.

Humboldt estava interessado pela individualidade do fenômeno linguístico com o intuito de apresentar a linguagem como sendo o ato vivo da fala que não pode ser objetivada por ser uma visão de mundo. Assim, um critério próprio da linguagem é o de que a forma verbal e o conteúdo tradicional não podem ser separados da experiência hermenêutica. Assim, a estrutura formal e experiência cotidiana da linguagem são, portanto, coexistentes. Ele rompe com antigas concepções, e propõe a linguagem como um ato de pronúncia, como o próprio acontecer histórico do sentido dos entes.

A fala desvela um horizonte histórico e de sentido já que toda compreensão se constitui e se revela na linguagem. A linguagem é dotada de vida, possui autonomia e legalidade próprias e ocorre através da coparticipação do indivíduo no discurso, daí seu sentido ontológico.

Desse modo, ontologicamente, a linguagem não pode ser vista como uma função que o homem porta e desempenha com autonomia, mas como uma relação de

correspondência. Para que possamos compreender o papel da criação no âmbito da linguagem, Gadamer compara o sentido da criatividade na arte do jogo (Gadamer, 2012).

No ato de jogar, os jogadores são capturados na atividade formada pelo jogo mesmo.

Quando falamos de jogo no contexto da experiência da arte não nos referimos ao comportamento, nem ao estado de ânimo daquele que cria ou daquele que desfruta do jogo e muito menos a liberdade de uma subjetividade que atua no jogo, mas ao modo de ser da própria obra de arte. [...] O jogo só cumpre a finalidade que lhe é própria quando aquele que joga entra no jogo. [...] O sujeito do jogo não são os jogadores. Eles simplesmente ganham representação através dos que jogam o jogo. (Gadamer, 2012, p.154 - 155).

Portanto, o ato de jogar o jogo implica uma ação e um movimento renovado cada vez que se joga. Essa dinâmica nos remete à dinâmica histórica de sentido que convoca o ser das coisas a se tornarem presentes como algo a ser nomeado. A palavra não somente nomeia e revela um ente, ela transporta implicitamente um contexto instrumental em que determinado ente se constituiu. Assim, Gadamer (2012) diz:

O movimento que é jogo não possui nenhum em que termine, mas renova-se em constante repetição. O movimento do vaivém é obviamente tão central para a determinação da essência do jogo que chega a ser indiferente quem ou o que escuta esse movimento. [...] O jogo é a realização do movimento como tal (p.156).

Assim, a linguagem fala através do homem, e a escuta corresponde aos apelos dos entes que lhe vem ao encontro. Desse modo, pelo jogo da linguagem a compreensão se dá antes mesmo da apropriação temática, daí o escutar e corresponder nos permite jogar. Enquanto *Dasein*, somos abertura, compreensão e disposição, e, através da fala, nos é permitido revelar o ser dos entes.

Para o filósofo, a compreensão envolve sempre um processo de fusão de horizontes histórico-culturais de sentido do intérprete e do interpretado. A interpretação significaria colocar em jogo os próprios conceitos prévios com o objetivo que a intenção do texto seja tematizada.

Partindo desses contornos do pensamento de Heidegger e Gadamer, pode-se tentar delinear algumas reflexões no sentido de pensar uma prática clínica na perspectiva fenomenológica existencial, que pode dar subsídios para compreender a experiência dos pais no Psicodiagnóstico Colaborativo, já que nesta modalidade de prática a intervenção clínica

acontece desde o início do grupo, configurando-se como interventiva, colaborativa e terapêutica.

Antes, porém, convém ressaltar que a prática psicológica clínica compõe-se de uma diversidade de atuações, compreensões e concepções teóricas. Diante dessa diversidade, a modalidade de prática psicológica e a concepção de clínica estão sendo alvos de estudos e pesquisas, privilegiando a articulação dessas com o social e o institucional.

Segundo Barreto e Morato (2009, p.51),

É nesse contexto que as considerações críticas, feitas por Heidegger, à ciência moderna e aos seus pressupostos poderiam subsidiar uma reflexão sobre a possibilidade de outra compreensão da ação clínica do psicólogo.

No presente estudo, buscamos compreender a ação clínica fundamentada na perspectiva fenomenológico-existencial de Heidegger como um exercício de abertura ao sentido dos entes – o homem.

Desse modo, a clínica psicológica na perspectiva fenomenológica existencial “parte da compreensão fática da existência do ser do homem, que implica o reconhecimento da singularização de cada modo de ser homem enquanto ser-no-mundo” (Siqueira, 2011, p. 48). A *Daseinsanalyse*, portanto, diferente do que pensam os críticos, não se baseia na pura e simples aplicação da Filosofia ao campo da Psicologia. A ação do psicólogo, nessa perspectiva, diz respeito aos acontecimentos concretos da vida do cliente, (refere-se ao ôntico). Entretanto, o psicólogo fenomenológico existencial compreende o homem e mundo fundado na ontologia do ser de Heidegger.

O pensamento fenomenológico entrou na psiquiatria através do psiquiatra e pesquisador Karl Jaspers (1883 – 1969). Jaspers utilizou o método fenomenológico husserliano que lhe possibilitou compreender e descrever os estados psíquicos vividos por seus pacientes, construindo a psicopatologia de base fenomenológica. Assim, Minkowski (1864 – 1909) e Von Gebsattel (1883 - 1976), também se utilizaram das ideias da fenomenologia, seguindo os passos de Jaspers, na compreensão de seus estudos.

Ludwig Binswanger (1881-1966) foi influenciado pela fenomenologia husserliana num primeiro momento. Posteriormente, utiliza o pensamento heideggeriano para o estudo psiquiátrico, iniciando um novo modo de abordar o fenômeno patológico, denominado existencial ou *daseinsanalítico*.

Segundo Cardinalli (2002), Binswanger modifica o foco de estudo da compreensão das vivências patológicas do paciente (estados da consciência), para explicitação da existência, especificamente para o projeto de mundo.

Heidegger (2009b) critica Binswanger duramente quanto ao fato de pretender corrigir a ontologia heideggeriana acrescentando o fenômeno ôntico do amor à estrutura ontológica do *Dasein*, denominada *cuidado* (*Sorge*):

(...) mas o mal entendido de Binswanger não consiste tanto em que ele quer complementar o “cuidado” com o amor, mas sim no fato de que ele não vê que o *cuidado* tem um sentido existencial, isto é, *ontológico*, que a analítica do *Dasein* pergunta pela sua *constituição fundamental ontológica* (existencial) e não quer simplesmente descrever fenômenos ônticos do *Dasein*. Já o projeto abrangente do ser homem como *Dasein* no sentido *ekstático* é ontológico, pelo qual a representação dos ser do homem como subjetividade da consciência é superada. Este projeto torna visível a *compreensão do ser como constituição fundamental do Dasein* (p. 154).

Apesar das críticas, os estudos de Binswanger aproximaram outros psicanalistas e psiquiatras do pensamento heideggeriano, dentre eles Medard Boss.

Medard Boss (1903-1990), psiquiatra e psicoterapeuta suíço, em 1984, palestrando na Clínica Psiquiátrica da Universidade de Basel, na Suíça, relatou que:

A princípio não foi de livre vontade que me dediquei ao estudo da *Daseinsanalyse*. Foram os meus pacientes, dos meus primeiros anos de prática psicanalítica, que acreditavam cada vez menos em minhas intervenções, sobretudo dos sonhos. Assim, fui perdendo cada vez mais a fundamentação de minha concepção, de modo geral, da medicina e da psiquiatria. Logo, para mim, se evidenciava em toda parte que meus conhecimentos de psicologia e psiquiatria, de então, careciam de sólidos fundamentos (Boss, 1997, p. 06).

Boss vislumbrou no pensamento heideggeriano novas possibilidades para o exercício da atividade psicoterapêutica. Através de um contato por carta com o filósofo, iniciou-se um longo e regular intercâmbio por aproximadamente trinta anos. Desde então, alguns encontros aconteceram e Heidegger pode transmitir pessoalmente suas ideias a um grupo de médicos e psicoterapeutas em seminários organizados por Boss, algumas vezes por ano. Boss compilou e editou esses encontros sob o título de Seminários de Zollikon, em 1987, o qual constitui material de grande importância e interesse para reflexões sobre a psicoterapia e o fazer clínico (Sá, 2005).

No seminário de 23 de novembro de 1965, na casa de Boss, Heidegger (2009b) discorre:

(...) A *Daseinsanalyse* é ôntica, a analítica do *Dasein* (*daseinsanalytik*) é ontológica. (...) É decisivo que cada fenômeno que surge na relação de analisando e analista seja discutido em sua pertinência ao paciente concreto em questão a partir de si em seu conteúdo fenomenal e não seja simples e genericamente subordinado a um existencial (p. 163).

Daseinsanalyse é uma palavra oriunda de Ser e Tempo, significa “análise do *Dasein*” - “ser-aí”, refere-se a tematização ôntica das estruturas ontológicas/existenciais constitutivas do homem (Sá, 2005).

Assim, a clínica seria o espaço de tematização e apropriação do projeto de vida do cliente por ele mesmo. Cabe ao terapeuta, estar junto ao cliente, no processo de compreensão e interpretação, dando-lhe condições de se apropriar de suas escolhas, facilitando o surgimento de novas possibilidades de sentido e afastando-se da rigidez e restrição em que se encontra (Rodrigues, 2006).

Segundo Barreto (2008), o “sentido” remete a uma dimensão de cuidado, implicando que o homem existe cuidando do seu existir, que ele “toma sob seu cuidado o que pertence a sua existência” (p. 06).

Na abertura que o *Dasein* tem que dar conta do ser, ele se depara com essa responsabilidade – de ter que cuidar de ser – condição presente na ontologia da existência. O caráter ontológico do cuidado na sua relação com os outros e com o mundo possui dois modos fundamentais de manifestação que desvela os sentidos das suas relações no mundo. São eles: cuidado como ocupação que se constitui através das relações do *Dasein* com os entes simplesmente dados; e o cuidado como preocupação: compreendido pelas relações do ser como co-presença com os outros.

Os ‘produtos’ resultantes dessa produção de cuidado revelam o registro do modo de cuidar e habitar o mundo, ou seja, a forma que se cuida da existência - o sentido do ser. Critelli (2007) nos indica que o sentido do ser “expressa-se como um *modo de cuidar dos modos de se cuidar da vida*” (p. 132). E são esses modos de cuidar (de si mesmo, do mundo, das coisas e dos outros) que diferenciam o *Dasein* dos demais entes.

Assim o ser é entregue aos cuidados do homem em três dimensões: Cuidado do ser como propriedade em que o homem tem que responder pelo cuidado, desvelando, através de um trabalho, sobre as possibilidades de acontecimento do ser; cuidado do ser como facticidade, em que não há a possibilidade de se recusar de cuidar de ser; cuidado do ser como horizonte, como uma possibilidade lançada, ou seja, como projeção que tem como horizonte o tempo (Critelli, 2007).

O modo de cuidar revela os estados de ânimo, presentes no âmbito do sentido, que desvelam modos ontológicos do cuidar. O modo de cuidar impróprio ou inautêntico comunica sobre um ser que não se apropria de seus próprios cuidados e vive de acordo com um determinado padrão estabelecido sem questioná-lo; o modo de cuidar próprio ou autêntico é um exercício de aprender a ser quem podemos ser, ou seja, dar conta das escolhas que podemos fazer sobre nosso cuidado compreendendo os diversos atravessamentos que a existência possui. Assim, o modo próprio diz da possibilidade que nos pertence de ser e que ninguém pode exercer por nós, revelando e constituindo aos poucos nossa existência, apesar de vivermos na cotidianidade (Sá, 2002).

Segundo Barreto (2008)

...a ação clínica busca propiciar ao cliente tornar-se narrador de si mesmo pela escuta atenta do psicólogo, que cuida do exercer de um dizer apropriado e encarnado. O psicólogo clínico atua comprometido com o significado-sentido, apontado na relação com o cliente, agora ouvinte. Tentando manter o transitar, abre a possibilidade para o cliente também se comprometer com a narrativa de sua própria história de vida e caminhar na passagem da vivência para a experiência, assumindo-se explicitamente, como cuidado, ao vislumbrar um destino possível (p.06).

Diante do que foi exposto, de acordo com Figueiredo (1996, p. 39), o pensamento de Heidegger pode ser trazido “para perto das questões que se fazem ou se podem abrir a partir da clínica”, podendo contribuir também para as questões que se abrem a partir da prática no Psicodiagnóstico Colaborativo em grupo. Esse pensamento possibilita uma contraposição ao processo tradicional – a prática psicológica do psicodiagnóstico como exclusivamente diagnóstica - pensando-o, a partir de Heidegger, como uma situação interventiva e colaborativa ressaltando a “disponibilidade afetiva” de colaboração como condição de ser-no-mundo-com-os-outros e, compreendendo o diálogo como possibilidade de “fusão de horizontes”.

3 OS CAMINHOS TRILHADOS PELA PESQUISA: METODOLOGIA E DIÁLOGOS POSSÍVEIS

(...)
*O essencial é saber ver,
 Saber ver sem estar a pensar,
 Saber ver quando se vê,
 E nem pensar quando se vê
 Nem ver quando se pensa.*

*Mas isso (tristes de nós que trazemos a alma vestida!),
 Isso exige um estudo profundo,
 Uma aprendizagem de desaprender...
 (Caieiro, in Pessoa, 2005, p.49).*

3.1 – Caracterizações Gerais

O estudo se caracterizou como pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico hermenêutico, privilegiando a compreensão interpretativa fundada na Hermenêutica Filosófica de Gadamer (2012), tal como discutida por Schwandt (2006), ao considerar a Hermenêutica Filosófica de Gadamer como uma das posturas epistemológicas para a investigação qualitativa, definindo o papel do pesquisador enquanto engajado em uma análise compreensiva da ação humana. Para Gadamer (2012), a compreensão não é uma atividade isolada executada pelos seres humanos, mas uma estrutura básica de nossa experiência de vida, sustentada por nossa tradição – compreensão prévia – que penetra toda possibilidade compreensiva.

Partindo de tal contexto, o caminho trilhado na dissertação recorreu ao diálogo em um sentido gadameriano. Segundo o referido autor, diálogo diz respeito a levar adiante uma questão, através do que chama de “dialética de pergunta e resposta”, em que cada pergunta é resposta a uma pergunta anterior e cada resposta gera nova pergunta. Para que o diálogo aconteça importa colocar nossos preconceitos (compreensões prévias) em questão, sustentando uma atitude de abertura para o novo. Para tanto é necessário que a questão que mobilize o diálogo surja de uma interpelação daquele que procura conhecer a experiência do outro, objetivando a elaboração da experiência e de novas possibilidades compreensivas.

Recorreu-se à entrevista narrativa e ao “Diário de Bordo”, como modalidades possíveis de pesquisa qualitativa, para empreender o trajeto de produção de compreensões em

relação ao fenômeno interrogado: compreender o modo como acontece o grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo, tendo como fio condutor a perspectiva fenomenológica existencial.

Como possibilidade para viabilizar o “encontro” dos dois horizontes – do sujeito colaborador e do pesquisador – buscando o desvelamento da teia de nexos que acontece na circularidade da situação hermenêutica, será considerada a ideia do narrador, apresentada por Walter Benjamin (1994), que, ao articular narrativa e experiência lança mão da figura do narrador, ressaltando a ambiguidade que sustenta a elaboração da experiência, condição que possibilita a singularização e o conhecer a própria história pelo próprio lugar em que se está. Segundo o autor acima citado, a narrativa

que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (Benjamin, 1994, p.213).

Portanto, a entrevista narrativa será utilizada como “instrumento”, no sentido de que pode servir ao intuito da interrogação da ação que se pretende compreender. Nessa direção, Schmidt (1990) ressalta que o relato oral abre a possibilidade de elaboração e transmissão da experiência, adquirindo o estatuto de registro. Assim, essa experiência relatada reporta à elaboração do fluxo do vivido, e a narrativa é a forma de expressão afinada com a pluralidade de conteúdos, incorporando as mudanças do conteúdo e das características dessa elaboração.

Utilizou-se, também, do Diário de Campo, que segundo Minayo (2010):

nada mais é do que um caderninho de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista. Nele devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos (p.295).

Para Aun (2005), o Diário de Campo, denominado como “Diários de Bordo”, são narrativas em forma de escrita, feitas por um protagonista, de próprio punho, disposto a compartilhar uma experiência. Ao comunicar algo vivido e sentido, “um Diário é como o

tecer da várias histórias interligadas, histórias essas também tecidas por entre outras narrativas” (p. 18). Dessa maneira, os “Diários de Bordo” refletem, mostram, anunciam e denunciam “o mundo em torno, os outros e nós mesmos” (p. 19). Portanto, não se trata apenas de relatos descritivos, são, sobretudo, a narração biográfica da “experiência de um profissional do lugar de quem comunica o modo como ocorreu o revelar-se do outro a esse profissional/ pesquisador” (p.19). São momentos de “criação de sentido” que denotam a experiência plural e única de quem escreve.

Os relatos, colhidos nas entrevistas narrativas e nos diários de bordo, terão o estatuto de depoimentos que, de acordo com Queiroz (1988), apesar de sua origem jurídica, que reporta às interrogações efetuadas com o objetivo de detectar a verdade dos fatos, “perde esta conotação nas ciências sociais, para significar o relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar” (p. 21).

Em tal perspectiva, o depoimento circunscreve os acontecimentos da vida do colaborador que interessam ao pesquisador, o qual interfere no relato, propondo a região da experiência do narrador que lhe interessa. O depoimento, ao referir-se a uma região da experiência do narrador e não a um tema escolhido pelo entrevistador – com o objetivo de sistematizar o assunto/conteúdo previamente escolhido, como na entrevista, – será mais adequado para o objetivo da pesquisa em pauta.

O fenômeno a ser pesquisado – o modo como acontece os grupos de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo - é circunscrito pela pesquisadora que vai ao encontro do depoimento de cada narrador e do seu próprio depoimento, privilegiando o modo como cada um experienciou e conheceu. Segundo Schmidt (1990), é nesta perspectiva que o “informante” pode ser reconhecido como narrador da experiência, já que seus relatos não se constituem em um conjunto de respostas às perguntas previamente elaboradas pelo pesquisador, mas “são consequência do livre curso do pensamento e das lembranças dos narradores, e eventuais perguntas no decorrer da escuta são fruto da curiosidade em torno de um ou outro aspecto trazido pelo narrador” (p.73).

A compreensão proposta buscou contemplar a pluralidade de vozes e saberes na situação do Psicodiagnóstico Colaborativo, recorrendo à experiência como fonte primeira, na tentativa de construção de sentido – o qual será sempre contextual, ou seja, relacionado à experiência vivida.

Nessa perspectiva, Barreto (2006) ressalta que o registro da experiência possui um caráter interventivo, considerando que, ao abrir espaço para se contar uma experiência ao

outro que acolhe o relato, com a finalidade de se compreender e dar passagem às experiências vividas, ocorre a oportunidade de elaboração desse fazer.

Dessa forma, as narrativas são momentos de contato do pesquisador com a dimensão das experiências dos colaboradores, necessárias à elaboração da pesquisa. Elas (as narrativas) misturam-se com o “livre curso do pensamento e das lembranças dos narradores” (Schmidt, 1990, p.73). Assim, as perguntas que se desvelaram no encontro resultaram de uma escuta atenta e curiosa do pesquisador em torno de aspectos revelados pelo narrador/colaborador, na tentativa de clarear e ampliar a compreensão acerca do fenômeno estudado.

3.2 Participantes e Cenário da Pesquisa

Os sujeitos colaboradores da pesquisa, considerados como narradores e interlocutores, foram escolhidos por um critério de “amostra intencional”, usado pela pesquisa-ação em ciências sociais. Amostra intencional, nas palavras de Thiollent (1986)

trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação e um determinado assunto. Pessoas e grupos são escolhidos em função da sua representatividade social dentro da situação considerada (p. 62).

Assim, os sujeitos colaboradores foram selecionados a partir de sua relevância social para a temática a ser pesquisada, para tanto deveriam ter participado do Psicodiagnóstico Colaborativo em grupo. A pesquisa foi composta por quatro colaboradores voluntários, três mães e um pai, que participaram do Psicodiagnóstico Colaborativo na clínica-escola do Serviço de Psicologia da UNICAP, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2012, sendo que esses pais participaram em anos e grupos diferentes. Foram utilizados nomes fictícios para preservar as identidades dos colaboradores. São eles:

Nome	Idade	Escolaridade	Idade do filho	Queixa
Rita	37	2º grau completo	06	Ansiedade, medo, machismo.
Ana	33	2º grau incompleto	05	Ansiedade, encoprese infantil.
Fred	40	Curso superior completo - TI	06	Ansiedade, enurese noturna.
Maria	39	Ensino fundamental completo	08	Ansiedade, Dificuldade de aprendizagem.

A clínica-escola envolve um campo de possibilidades de contato com diversas situações que enriquecem o conhecimento da prática psicológica trabalhando com uma clientela diversificada, além da possibilidade de exercitar o sentido ético-político da profissão. Na clínica-escola da UNICAP, os alunos que estão concluindo o curso de Psicologia e psicólogos voluntários atendem à comunidade, alunos e funcionários sob a orientação de professores-supervisores.

O Psicodiagnóstico Colaborativo é um dos serviços oferecido pela clínica-escola de Psicologia da UNICAP e é supervisionado pela professora responsável pelo estágio em psicologia clínica numa perspectiva fenomenológico existencial. O critério para a formação dos grupos de atendimento do psicodiagnóstico se dá pela procura voluntária dos pais para atendimento de seus filhos. A família é encaminhada pelo serviço de Plantão Psicológico, ou acolhida diretamente pelo serviço, mediante um encaminhamento feito por escolas ou outras instituições de saúde.

Em um primeiro momento é realizada uma entrevista com os pais ou responsáveis, com o objetivo de acolher a queixa e preencher a ficha de triagem. Quando se caracteriza uma demanda que envolve a família, é apresentada a proposta do Serviço do Psicodiagnóstico Colaborativo. Caso haja uma aceitação por parte dos pais e ou responsáveis, é feita uma breve apresentação da dinâmica do serviço, com indicação do modo de funcionamento das diversas etapas.

Posteriormente, são formados os grupos, considerando as queixas e as idades das crianças envolvidas, além de também serem observadas algumas condições especiais como, por exemplo, crianças com diagnóstico de autismo, deficiências graves que dificultem a comunicação e interação com o grupo. Nesses casos, é considerada a possibilidade da criança participar do grupo com suporte de atendimentos individuais ou ser encaminhada para o atendimento a criança e ao adolescente, outro serviço da clínica-escola da UNICAP. Todo o processo de composição do grupo é discutido na supervisão com o professor responsável, momento em que se define a equipe de trabalho formada por psicólogos voluntários e alunos da graduação cursando estágio profissionalizante.

A proposta para o funcionamento do grupo obedece a uma orientação/organização prévia, apesar de estar aberta para incluir outras possibilidades que se mostrem necessárias durante o processo. De modo geral, o serviço de Psicodiagnóstico Colaborativo é composto por encontros semanais com data de início e fim definidos, comportando em média de dez a doze encontros, com duração de uma hora e trinta minutos. Nesse processo, como já dissemos anteriormente, o modo de fazer e pensar esta prática não segue um padrão rígido e

normatizado, não trabalhando com técnicas psicológicas previamente definidas e que deverão ser aplicadas.

Em cada encontro, sempre percebido como novo, os contornos e as intervenções são construídos e tematizados partindo do desvelamento do fenômeno. Dos dez ou doze encontros, os dois ou três primeiros são realizados com o grupo de pais ou responsáveis, sem a participação das crianças. Em um primeiro momento procura-se, através de uma dinâmica de grupo, proporcionar a oportunidade dos pais ou responsáveis se apresentarem, além de ser esclarecido o contrato de trabalho. Após esta etapa, abre-se o grupo, solicitando que cada um fale sobre o que lhe levou a buscar o serviço, quais as preocupações, dúvidas e angústias que trazem, considerando o relacionamento com os filhos ou com a família. É o momento de apresentação da queixa inicial que, ao ser narrada e escutada por todos os componentes do grupo, possibilita a condição para que se estabeleça um diálogo no sentido gadameriano. Espera-se que, ao se instalar o diálogo, novas possibilidades compreensivas sobre a queixa sejam tecidas, ampliando a compreensão dos componentes do grupo sobre as temáticas trabalhadas.

Posteriormente, é o momento em que se trabalha com as crianças sem a presença dos pais, depois novamente os pais passam a participar dos encontros, sendo que, agora, o grupo passa a ser composto por pais e crianças. Na última etapa, os encontros são realizados com os pais e com as crianças separadamente, com o objetivo de trabalhar o des-fecho e possíveis encaminhamentos.

No final do processo foi feito o convite para participarem das pesquisas que seriam realizadas sobre o atendimento no Serviço de Psicodiagnóstico Colaborativo (PIBIC e dissertações de mestrado). Ficou claro que a participação seria voluntária e aconteceria num encontro individual a ser previamente agendado.

3.3 Procedimentos

No final dos grupos, os pais ou responsáveis foram contactados e foi retomado o convite para a participação na pesquisa. Com os que concordaram em participar da pesquisa, foi realizado um primeiro contato, onde foi explicada, brevemente, a proposta da presente pesquisa. Posteriormente, foi acordado entre os sujeitos colaboradores e a pesquisadora, que a clínica-escola do Serviço de Psicologia da UNICAP era o lugar que

melhor acolhia aos colaboradores quanto à facilidade de acesso e a questão do sigilo. Após o acordo sobre o local em que as entrevistas seriam realizadas, foram agendados os dias e horários dos encontros segundo as disponibilidades e as preferências dos colaboradores.

Os encontros aconteceram de modo individual, na clínica-escola. Nos dias dos encontros, antes da “colheita”, os colaboradores/narradores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram elucidadas as dúvidas que, por ventura, ainda existiam e solicitada a permissão para a gravação das narrativas

O depoimento/narrativa caracterizou, então, o momento de contato do pesquisador com a dimensão circunscrita da experiência do narrador e foi evocado pela seguinte questão disparadora: *Fale-me como foi para você participar do grupo de pais no Psicodiagnóstico Colaborativo*. As entrevistas narrativas, registradas em gravador de áudio, foram transcritas e literalizadas, que se refere ao processo de trabalhar os depoimentos/narrativas, a fim de tornar o texto mais fluido e acessível à leitura e à compreensão do pesquisador, respeitando-se o texto original. Após a confirmação dos depoimentos literalizados, pelos sujeitos interlocutores, foi realizada a interpretação dos depoimentos, pela compreensão do seu sentido.

Nesse processo, a pesquisadora seguiu a orientação gadameriana, engajada em uma análise compreensiva hermenêutica da fala dos narradores, ao mesmo tempo atenta à sua própria experiência como pesquisadora narrada nos diários, afetada pelos diversos encontros com os interlocutores em todas as fases da pesquisa, assumindo a condição de narradora, sobretudo na escrita deste trabalho.

Nesta pesquisa, a metodologia de relatos orais se sobressai, principalmente, pela busca de valorização da experiência dos interlocutores através das entrevistas narrativas e da experiência do pesquisador narrada no “Diário de Bordo”.

3.4 Análise Interpretativa

Diferentemente das pesquisas tradicionais, em que apenas se colhe os “dados” para análise posterior, o caráter fenomenológico hermenêutico desta pesquisa sugere uma análise continuada, implicada com o movimento do círculo hermenêutico.

Nessa direção seguiu-se a proposta do método fenomenológico, que parte da perspectiva heideggeriana e do pensamento de Hanna Arendt, buscando o olhar que vê a manifestação dos modos e do movimento do fenômeno a ser conhecido, procurando

“apreender”, “distinguir”, e “expressar” o fenômeno estudado em sua face fenomênica (Critelli, 2007). Assim, voltou-se a interrogar o que se buscava conhecer sem retirá-lo do movimento circular de desvelamento e ocultação, próprio à manifestação do ser.

Concordando com Barreto (2006), a pesquisadora considerou que o olhar do pesquisador não é individual, é co-existente, enquanto condição ontológica de ser do homem, possibilitando, assim, toda e qualquer compreensão e conhecimento. Desse modo, impele ao pesquisador adotar o olhar fenomenológico que lhe permita o desvelar da teia de nexos, conduzindo-o à tematização e ao reconhecimento das interpretações das problemáticas apresentadas, percorrendo a trilha de sentidos.

Portanto, no ato de compreender não se pode pensar em etapas onde primeiro se dá a aquisição da compreensão, para depois se fazer aplicação dessa compreensão. A compreensão é um tipo de experiência prática *no mundo e sobre o mundo* e que nos constitui como pessoas, portanto ela é vivida, é interpretação (Schwandt, 2006).

Estamos sempre compreendendo e interpretando à luz de nossos julgamentos e preconceitos preventivos, os quais também vêm sofrendo mudanças no curso da história. [...] Devemos sempre visar uma compreensão correta do que dizem as “coisas em si mesmas” (os objetos de nossas interpretações). Porém o que as “coisas em si mesmas” dizem será diferente à luz de nossos horizontes mutáveis e das diferentes perguntas que aprendemos a fazer (Bernstein, 1983 apud Schwandt 2006, p.199).

A interpretação constitui-se na própria compreensão e corresponde à elaboração das possibilidades projetadas no compreender. Segundo Bleicher (1980, p.143) “a compreensão é um existencial fundamental que constitui a revelação do ser-no-mundo; contém em si mesma a possibilidade de interpretação, a apropriação do que já foi compreendido”.

Assim, no processo de análise das entrevistas narrativas e do “Diário de Bordo”, assumiu-se a hermenêutica filosófica de Gadamer articulada à fenomenologia existencial de Heidegger. Nessa direção, importa ressaltar que nos guiamos pela noção de jogo histórico circular hermenêutico como possibilidade de fusão de horizontes, tendo como norteador a pergunta disparadora como possibilidade de trazer os horizontes compreensivos para o campo do diálogo, suscitando o fundir dos horizontes compreensivos.

3.5 A Interrogação em Ação

Nesse momento passo a assumir uma linguagem mais pessoal, pois apresento possibilidades compreensivas que se foram constituindo durante a pesquisa. Propus-me ao diálogo com os meus horizontes/tradição, os horizontes dos narradores/colaboradores, e o horizonte/tradição das perspectivas que serviram como eixo teórico da presente pesquisa. Desse modo, espero apresentar como foi acontecendo a “fusão de horizontes”, a partir do diálogo travado entre os diversos horizontes e tradições.

A fim de facilitar a visualização dos horizontes dos narradores/colaboradores e da narrativa da pesquisadora valho-me do recurso do tipo da letra. A fala de cada narrador/colaborador, além de um determinado tipo de letra, é contemplada por uma cor diferente, distinguindo-se entre si: Rita, a cor vermelha; Fred, a cor azul; Ana, a cor verde; Maria, a cor marrom e os fragmentos do “Diário de Bordo” da Pesquisadora, a cor roxa.

Caro leitor, o convido, a participar desse diálogo, do jogo circular da compreensão, realizado pela linguagem, segundo Gadamer (2012). Jogo esse, que implica uma ação e um movimento renovado cada vez que se joga. Esse movimento nos remete à dinâmica histórica de sentido que convoca o ser das coisas a se tornarem presentes como algo a ser nomeado. A palavra não somente nomeia e revela um ente, ela transporta implicitamente um contexto instrumental em que determinado ente se constituiu. Para tanto, se deixe ser capturado pelo ato de jogar, no caso aqui, de dialogar.

De início as narrativas de Rita, Ana, Fred e Maria apontaram para a surpresa quanto ao atendimento realizado em grupo. Essa situação – grupo, num primeiro momento, aparece como um sentimento de desconforto, o medo de exposição da dinâmica familiar e de si-mesmo. Ao mesmo tempo em que falavam iam compreendendo como a experiência foi se constituindo de maneira oposta às expectativas e pré-conceitos, como mostram os relatos a seguir:

Para mim foi importante, eu não conhecia esse trabalho, assim... Trouxe conhecimento, mudanças... Que eu pensava às vezes que não seria tão bom porque você estaria se expondo, não é? E de certa forma você vai estar expondo seus problemas. Mas no final eu pude ver que na verdade ajudou, foi o contrário. (...) Foi tranquilo, foi outra visão que eu tive. Foi muito bom, fiquei muito a vontade para falar sobre os problemas e para escutar o dos outros, achei muito importante (Rita).

Eu gostei muito, achei interessante, pude ver que não só sou eu que tenho problema. Para mim, hoje, meu problema é o mínimo para o que eu vi. Eu fiquei a vontade para falar do caso do meu filho, porque meu objetivo é ajudá-lo. Senti-me tranquila em falar, em escutar as outras questões dos outros pais, foi muito agradável (Ana).

O grupo me fez enxergar que o problema do meu filho não estava só nele, estava no que a família estava passando para ele, principalmente eu como pai. Mas eu só consegui enxergar isso aqui. [...] não fiquei muito temeroso em relação ao contato com os outros (Fred).

É maravilhoso você, quando chega assim num lugar e vê que não é só você que passa por problema, tem gente que está passando por um problema também. Aí você já vai melhorando, porque não é só você que está naquela situação, outras pessoas também tem problemas. É um ajudando o outro, um dizendo uma coisa, outro dando opinião, eu acho que ajuda, por isso que eu adorei o grupo (Maria).

O relato abaixo demonstra que também fui afetada pelos sentimentos do grupo:

Eles estão reticentes, meio ressabiados, começaram as apresentações de acordo com a dinâmica proposta. Acontece que não tenho um roteiro programado, me guiei pelo desvelamento que foi acontecendo. Então, acompanhei o movimento. Seguimos com a dinâmica grupal. Todos falaram e todos puderam ser ouvidos. Percebi, ao terminar a dinâmica, que estava instituído, ali no grupo, um respeito mútuo. O mais interessante foi que, ao final do encontro, todos se abraçaram.

Diante das narrativas vai se configurando que a disposição afetiva inicial dos componentes do grupo mostrava-se como medo, resistência, diante de uma situação não conhecida e que se apresentava como um desafio a ser vencido – o grupo. A experiência vivida foi afetando cada um, possibilitando outro modo de estar e sentir a situação grupal.

Todo o movimento vivido pelo grupo, nestes primeiros momentos, revela que estamos no mundo sempre de uma determinada maneira. Para Heidegger, tal situação está vinculada a disposição afetiva (*Befindlichkeit*), disposição que ao combinar as ideias de estar situado e de se sentir, de onde ou como alguém se encontra, revela-se como a afetividade

involuntária, constitutiva do modo de estar-no-mundo do ser humano. Segundo Vattimo (1996, p.41), “a afetividade é o que cada um de nós tem de mais profundo, de mais individual e de mais cambiante”. É um existencial. O estar aberto ao que lhe vem ao encontro no mundo é um aspecto que constitui o projeto do *Dasein* de vir a ser.

Assim, o acontecimento do existir dá-se como abertura e tarefa de ser-com-o- outro-no-mundo. Mundo que se apresenta como projeto compreensivo originário, que abre a possibilidade para a constituição de si mesmo, a partir de um horizonte hermenêutico existencial onde tudo o que “é” pode-ser.

Tal condição apresenta-se nas narrativas que se seguem, onde o estar junto com os outros possibilitou aos diversos membros do grupo compreenderem melhor a si mesmos e ao seu sofrimento, ampliando seu campo de circunvisão e lhe abrindo às possibilidades de ser-no-mundo:

Quando a gente vê o problema do outro, a gente vê que o nosso é menor e através do que eles diziam, eu acabava opinando. O que você acha? O que o outro acha do seu problema? E você consegue enxergar de uma maneira mais ampla e acaba resolvendo de uma forma mais fácil. Eu tive essa visão (Rita).

Ana, apesar de não ver o problema do filho solucionado, reflete que:

No meu caso, meu filho continua com o problema. Mas ver outras experiências, de outras crianças, me ajudou como lidar com meu filho de outra maneira, e isso para mim foi muito bom. Justamente, uma troca muito boa para mim (Ana).

Maria diz:

Eu gostei muito do grupo, porque no grupo eu vi que não só eu tenho problemas, mas, como as outras pessoas também tinham e umas delas pior do que o meu. Às vezes eu saía triste de casa, aí chegava e contava o meu problema e pedia opinião e com essas opiniões, você chega a uma conclusão, um resultado (Maria).

Fred reflete:

Diante dos problemas dos outros, diante do que o grupo me colocou como problema. Onde cada um colocou a situação que vivia, eu passei a ver que o meu problema não era tão relevante

como o dos outros. E que meu problema dependia mais de um esforço meu e de minha esposa, para resolvermos o problema do nosso filho (Fred).

Os colaboradores tematizaram sua experiência através da narrativa e eu, através de como suas narrativas me afetaram vou trilhando o caminho a partir do que se desvela:

Percebi que o grupo está criando uma identidade e uma cumplicidade. Observo isso quando eles trocam olhares, convocam o outro a falar, pedem opinião. No espaço do grupo eles falam e são ouvidos. Refletimos juntos sobre as questões apresentadas e desveladas, e que puderam ser tematizadas.

Pensando na situação grupo e nas narrativas dos colaboradores acima apresentadas, num primeiro momento, podemos compreender que o movimento inicial do grupo aproxima-se do modo mediano de se pensar a situação grupal: o fator primário da universalidade apresentados por Yalom & Leszcz (2006). Os autores referidos apontam que, de um modo geral, os pacientes que começam no grupo acreditam que seu problema é único. No entanto, na situação grupal, ao perceberem que outras pessoas vivenciam situações e sentimentos semelhantes, são tomados por um sentimento de alívio.

O modo como as narrativas me afetou me leva a concordar que, de certa forma, expressam esse movimento de abrir-se para o outro, ao mesmo tempo em que possibilitam um não centrar-se em seus problemas, considerando-os únicos. Ainda em sintonia com os horizontes desvelados nas narrativas, poderíamos apontar para a possibilidade de abertura ao diálogo, o qual põe em jogo aquilo pelo qual ele se propõe a responder. De alguma maneira, percebemos que ao se questionarem sobre “o problema”, os componentes do grupo estão respondendo e dessa resposta surgem novas perguntas e novas respostas sucessivamente, caracterizando o movimento dialógico da linguagem para Gadamer (2012).

Tal dimensão colaborativa da conversação me remete para a observação de Guanaes (2006), ao apontar que o objetivo da intervenção em grupo, privilegiando uma perspectiva conversacional, pode ser descrito, como uma tentativa de construção, por meio do discurso colaborativo, de um contexto dialógico. O discurso colaborativo está fundamentado na compreensão de que o tipo de diálogo entre os participantes e o terapeuta integra um mesmo círculo hermenêutico, ou seja, um processo dialógico no qual a interpretação parte da pré-compreensão do terapeuta com uma narrativa que lhe é apresentada - a história do cliente.

Tal compreensão me remete para pensar a convergência da situação grupal com o modo como Heidegger apresenta o modo de ser do homem como sendo no mundo com os outros. No entanto, o *Dasein* não tem, na maioria das vezes, a experiência de si mesmo, pode ser reflexo das prescrições públicas, não sendo especificamente ninguém. Apesar dessa condição, se constitui junto ao outro e no mundo. Daí, a existência humana se apresentar como profundamente ambígua: ontologicamente ser possível e, por isso, entregue a onticidade imprópria de seu existir, atado e enredado nos modos públicos de compreensão. Estando sempre junto ao outro o outro lhe com-forma no mundo que é sempre compartilhado. Para Heidegger os outros são aqueles dos quais eu não me distingo, que juntos formamos a gente e a gente se apresenta em cada um de nós.

Outra situação no grupo chamou minha atenção, à medida que cada membro ia falando sobre o “problema” que motivou a procura por ajuda psicológica, sua compreensão ia se ampliando e novas possibilidades compreensivas iam se apresentando, modificando o modo como se relacionavam consigo mesmo e com os outros, no caso com seus filhos.

Para mim foi muito gratificante, para minha família também, para Z principalmente. Surtiu muito efeito nele. Eu acho que as conversas... E o contato com todo mundo e eu também conversava com ele que todo mundo estava aqui, que todo mundo tinha problema, todo mundo tinha algum tipo de problema, que todo mundo estava procurando se melhorar. (...) Ele acha que o pai é o exemplo dele, que ele tem que ser igual ao pai dele, então como o pai está dando indícios de mudança ele já mudou. Ele botou para fora essas emoções dele presas, e não fica se prendendo. Ele não tem mais vergonha. (...) Hoje ele é outra criança, menos agressiva, mais amorosa. (...) Fala mais decente, não discute tanto com os irmãos, abraça o irmão... Antes ele não abraçava. Hoje ele me abraça, dá boa noite. (...) dá beijo de boa noite e abraça! Ele não era assim (Rita).

Ao ver no grupo, os depoimentos das pessoas que gostam de abraçar seus filhos, de beijar, gosta de família, acho que foi isso que me ajudou. [...] eu creio que me ajudou bastante, porque eu quebrei esse negócio que eu tinha e me fazia sofrer. Alguma coisa me impedia e agora eu consigo abraçar meus filhos, meu filho mais velho, beijá-los [...] o meu filho mais novo eu abraço eu beijo, mas os mais velhos não... Graças à Deus eu quebrei esse negócio que estava me empando de beijar meu filho mais velho. Minha filha me dava benção, me beijava e eu ficava com aquele negócio prendendo, eu não sei o que é, o que me prendia de fazer isso com meus filhos. [...] Eu segui em frente, sempre que ele chega eu o beijo, ele me beija, mas eu não fazia isso.

Para mim é uma maravilha, porque agora eu faço, eu abraço, eu beijo... é muito bom (Maria).

O grupo foi muito bom para trocar ideias, me fez ver a maneira como eu estou criando X, melhorar a minha experiência com ele, para eu me desligar mais dele, para ele criar mais maturidade. [...] Ele está crescendo... (Ana).

Eu só vim a enxergar quando eu participei dos contatos com outras pessoas, com o grupo maior, onde cada um fez um relato. E dentro daqueles relatos eu pude ver, em cada uma das situações, um pouquinho de mim. Então aquele pouquinho de mim eu consegui extrair, dizer: eu tenho isso, eu sou assim. [...] Eu comecei a identificar alguns erros de personalidade que eu tinha. Exagerava nas cobranças para com ele, fruto de um passado que também eu tive, uma confusão, que eu vim descobrir ao longo dos nossos encontros. Comecei a conversar mais com o Y, (...) passando um pouco mais de carinho, de amor. Então, foi esse tipo de atitude que eu passei a tomar em casa, e ele passou a ser mais amoroso, comigo e com minha esposa (Fred).

Diante dessas narrativas, encontro no meu “Diário de Bordo” a seguinte anotação:

Ao ouvi-los relatar a importância dos momentos de participação e reflexão no grupo, posso compreender o quanto o Psicodiagnóstico tinha sido significativo para eles. Percebo que já não se colocavam numa postura de ver o filho como um problema; eles compreendiam que aquele comportamento denunciava uma relação muito estreita com o modo das crianças serem-no-mundo, enredado por uma trama de sentidos da qual eles (pais) faziam parte. Alguns deles já demonstram que ampliaram suas possibilidades, relatando uma possível melhora sobre a queixa da criança, devido a uma mudança da sua própria postura.

Além de perceber as modificações que iam acontecendo no modo como os pais apresentavam o “problema” e as mudanças nos seus comportamentos, pude compreender que a situação do Psicodiagnóstico Colaborativo possibilitou não só acolher a criança trazida como problema, mas possibilitou também, que as famílias adentrassem num espaço de cuidado para com elas. Cuidado que no início era solicitado para os filhos, mas que,

gradativamente, foi se apresentando como condição necessária e imprescindível para toda a família. Ao cuidarem de si, os pais puderam cuidar dos seus filhos.

Nesse contexto, recorro a Heidegger para compreender o cuidado como condição ontológica à existencial humana – o homem é cuidado. O modo de cuidar revela os estados de ânimo, presentes no âmbito do sentido, que desvelam modos ontológicos do cuidar. No início do grupo predominava um modo de cuidar impróprio ou inautêntico, os pais não conseguiam se apropriar do modo como cuidavam de seus filhos e viviam de acordo com um determinado padrão estabelecido sem questioná-lo. Com os encontros, passaram a questionar alguns modos de cuidar dos filhos, trocando experiências e apresentando possibilidades compreensivas sobre o modo como cada um cuidava de si e da família. Apesar do homem viver, predominantemente, de modo inautêntico, a experiência grupal possibilitou contato com a angústia de existir e levou os membros do grupo a questionarem seu modo de estar no mundo com a família. Tal atitude pôde trazer momentos de aproximação como o modo mais próprio de estar no mundo. Pode-se até indicar que a apropriação da experiência, via narrativa, pode colocar em movimento outros modos de estar e se relacionar com o mundo e com os outros, menos gerenciados pelo público.

Assim, retorno a Barreto (2008) quando diz:

...a ação clínica busca propiciar ao cliente tornar-se narrador de si mesmo pela escuta atenta do psicólogo, que cuida do exercer de um dizer apropriado e encarnado. O psicólogo clínico atua comprometido com o significado-sentido, apontado na relação com o cliente, agora ouvinte. Tentando manter o transitar, abre a possibilidade para o cliente também se comprometer com a narrativa de sua própria história de vida e caminhar na passagem da vivência para a experiência, assumindo-se explicitamente, como cuidado, ao vislumbrar um destino possível (p.06).

Sim, e não é isso que as narrativas apontam? Ao adentrarem num espaço em busca de cuidado para o outro, puderam se deparar com a narração de histórias diferentes e com as suas próprias histórias. As intervenções do psicólogo e dos outros participantes no sentido de clarear o *que* e *como* buscavam facilitou que houvesse a ampliação do campo de circunvisão dos clientes para outras/novas possibilidades.

Fred ao buscar ajuda para o filho, partindo dos seus questionamentos e da situação grupal, rompe com a cotidianidade em busca de se conhecer:

Mas assim, fiquei surpreso quando percebi que o problema não estava no meu filho. Me antecipei a esta situação e hoje eu faço terapia no sentido de eu me entender um pouco mais. Isso tem

me ajudado a me descobrir, [...] a nova descoberta. Você estar se descobrindo... Não é que você tivesse problemas ou não. É uma nova forma de ver a vida, de pensar, de achar que as coisas devem acontecer no tempo das pessoas. E cada pessoa tem a sua individualidade. Eu não posso querer que as pessoas pensem da forma que eu penso, que ela possam agir como eu agiria numa determinada situação. Não posso condicionar isso a ninguém. Esse não condicionamento eu tenho que aceitar. E assim, para aceitar isso, eu tenho que ter muita tranquilidade, tenho que ter calma, às vezes ainda eu me pego de forma agressiva, condenando aquele que está ao meu lado, mas consigo hoje assimilar e dizer que ele não é obrigado a pensar como minha pessoa, e assim, a vida segue (Fred).

Diante das reflexões de Fred, fui mobilizada a buscar minhas reflexões, feita ao final no final do processo:

Todo encontro me surpreende, me permite pensar no meu trabalho e me questionar o modo como, através dele, posso cuidar do outro que me vem ao encontro com um sofrimento. Sei que não é uma tarefa fácil, que não depende só de mim. Mas sinto que ao me colocar à disposição para ouvir o outro, já é condição para que se desvelem novos horizontes de possibilidade de cuidado. (...) Hoje, no encontro com os pais, vemos para eles as histórias que foram construídas para a devolutiva com as crianças. Senti que eles foram tocados pelas suas histórias, pois souberam, dentre elas, qual era a da sua família. Eles se emocionaram ao ouvir. E essa emoção me tomou. Tomou a todos nós, que por um momento, no final ficamos em silêncio. Depois eles puderam falar e novos desvelamentos surgiram. (...) Pensando em todos os encontros, no modo como eles chegaram e no modo como estão partindo, já não somos mais os mesmos, nem eu nem eles.

Finalmente, chama atenção como os focos foram sendo deslocados e como os participantes do grupo foram se tornando parceiros ativos, envolvidos na escuta dos “problemas” e na pré-ocupação com o outro, buscando devolver como foram afetados por cada experiência relatada. Fico tomada pelo mistério que acompanha certos momentos e que, muitas vezes não pode ser descrito em palavras, mas pode ser sentido na poesia do movimento da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESFECHO!

O mistério das cousas, onde está ele?
Onde está ele que não aparece
Pelo menos a mostrar-nos que é mistério?

(...) Porque o único sentido oculto das cousas
É elas não terem sentido oculto nenhum.
É mais estranho do que todas as estranhezas
E do que o sonho de todos os poetas
E os pensamentos de todos os filósofos,
Que as cousas sejam realmente o que parecem ser
E não haja nada que compreender.

Sim, eis o que os meus sentidos aprenderam sozinhos: –
As cousas não tem significação: têm existência.
As cousas são o único sentido oculto das cousas.
(Caieiro, in Pessoa, 2005, p.160).

Escrever as considerações finais dessa pesquisa, na tentativa de finalizar o seu processo elaborativo, é tarefa difícil, principalmente pela sensação de que muito ainda pode ser dito. Nessa direção busco apresentar as compreensões possíveis que se apresentaram, tecidas no contexto dos encontros vividos ao longo do mestrado e da experiência com o Psicodiagnóstico Colaborativo.

Estive, durante todo o tempo desse estudo, atravessada por inquietações e meditações sobre a experiência dos pais na situação de grupo no psicodiagnóstico, não apenas enquanto estava no campo, mas também em minha *práxis* na Instituição de Saúde em que trabalho. Outra preocupação que acompanhou meu percurso nesta pesquisa foi o modo como a intervenção clínica, que acontece na situação de grupo com os pais, pode ser compreendida tendo como eixo norteador a perspectiva da clínica fenomenológica existencial.

Partindo de tal contexto, mergulhei no campo e experimentei alguns contextos institucionais como facilitadora dessa modalidade de prática, além de estudar e refletir sobre o percurso de como o psicodiagnóstico foi sendo desenvolvido na Psicologia Clínica, atenta a todas as rupturas que aconteceram até chegar à configuração do Psicodiagnóstico Colaborativo numa perspectiva fenomenológica existencial. Nessa modalidade de prática meu foco de interesse voltou-se para a experiência dos pais na situação de grupo, e foi com essa inquietação que desenvolvi meu trabalho de pesquisa.

Feitas essas considerações preliminares, a pergunta que agora me coloco e a partir da qual pretendo esboçar algumas possibilidades compreensivas é a seguinte: o que desvelou a experiência dos pais, na situação de grupo, no Psicodiagnóstico Colaborativo? A intenção é comunicar as dimensões da experiência que, a partir da análise empreendida, puderam contribuir para ampliar a compreensão sobre a experiência de pais na situação de grupo no psicodiagnóstico - dimensão importante na proposta de tal modalidade de prática. Tais aspectos já foram apontados e discutidos na análise interpretativa das entrevistas narrativas e do “Diário de Bordo”. Entretanto, percebo como importante ressaltar algumas dimensões da experiência que ganharam relevância no decurso interpretativo.

Como ponto de partida, indico que a situação de grupo de pais no psicodiagnóstico possibilitou a apropriação e expressão da disposição afetiva de medo e resistência diante de uma situação não conhecida. A vivência da experiência grupal afetou cada um e possibilitou outro modo de estar e sentir a situação de grupo, a qual passou a ser percebida como acolhedora e facilitadora da expressão dos sofrimentos e sentimentos. Esse movimento vivido pelo grupo revelou que estamos no mundo sempre de um determinado modo, numa determinada disposição afetiva (*Befindlichkeit*). Considerada, por Heidegger, como um existencial, a disposição afetiva corresponde onticamente aos humores cotidianos, manifestando-se compreensivamente. Importa ressaltar que a disposição afetiva e a compreensão constituem o modo de ser do homem, já que é sendo que ele se abre para si mesmo, apropriando-se de seus ‘humores’ e, assim, pode encontrar outros modos de lidar com as experiências vividas.

Ainda em relação ao contexto de grupo, o estar junto a outros pais, mobilizou uma atenção para o sofrimento trazido e compartilhado. Tal movimento possibilitou, aos participantes, compreenderem a demanda manifesta, permitindo uma apropriação dos seus sentimentos com a tematização de outras possibilidades compreensivas. Concomitantemente, no movimento de abrir-se para o outro, permitiu um não centrar-se em seus problemas, considerados, inicialmente, como únicos.

A possibilidade de abertura ao diálogo, facilitada na situação grupal, pôs em jogo aquilo pelo qual os participantes se propuseram a responder. De alguma maneira, os integrantes do grupo ao se questionarem sobre “o problema” apresentado como queixa, estavam pondo em movimento uma dinâmica sucessiva de perguntas e respostas, característica de um campo de jogo histórico-linguístico, presente na situação de círculo hermenêutico (Gadamer, 2012).

Desse modo, o discurso colaborativo propiciado no grupo de pais, apontou para a presença de um horizonte compreensivo que é apresentado para o que se pretende compreender. Assim, a experiência (*Erfahrung*), transforma aquilo que somos enquanto abertura de sentido, afeta nosso horizonte de compreensão pela influência de outros horizontes, outras perspectivas, a partir de certa autonomia da própria dinâmica histórica de significação (Gadamer, 2012). Na situação específica de grupo de pais no psicodiagnóstico, as queixas e demandas apresentadas se mostraram como parte da história/tradição de cada pai, possibilitando a fusão de horizontes que abre caminho para a descrição do jogo da compreensão como jogo circular- círculo hermenêutico.

Portanto, a situação grupal me remeteu ao pensamento de Heidegger, ao apontar para o modo de ser do homem como ser no mundo com os outros. Em tal condição, o homem está sempre junto ao outro que lhe com-forma no mundo, experiência sempre compartilhada.

Por último, destaca-se a narrativa das experiências como possibilitando a apropriação do modo como cada um cuidava de si e dos outros – no caso, da família. Percebeu-se que, a apropriação da vivência afetiva e singular da experiência, pôde colocar em movimento os modos mais próprios de estar e de se relacionar com o mundo e com os outros, menos gerenciados pelo público. Mais uma vez recorro a Heidegger (2009a) para compreender a configuração da existência humana como ‘estrutura de cuidar’, dimensão ontológica do modo de ser do *Dasein* compreendido como temporalidade. Assim, ao se apropriarem do cuidado por sua própria vida, os pais se abriram para outros modos possíveis de cuidar dos filhos, afetados pela demanda e pelo sofrimento desvelado nos encontros de grupo.

Quanto à intervenção clínica do psicólogo nessa modalidade de prática pode ser entendida como modo próprio de cuidar, acolhendo as implicações do movimento de experienciação do cliente. Os pais, componentes do grupo, foram acompanhados na tarefa de apropriar-se do que já sabiam pré-reflexivamente sobre “o problema”, e puderam tematizar as experiências que iam se desvelando no existir em grupo, considerando a dimensão de fusão de horizontes, como possibilitadora da apropriação de outros modos de compreensão e intervenção junto aos filhos.

Para tentar responder à pergunta disparadora, ousou indicar que na experiência de grupo no Psicodiagnóstico Colaborativo não cabem prescrições. É uma experiência que deve manter-se aberta à criação de sentidos, *na hora em ato*, ganhando contornos próprios em cada grupo, a partir dos encontros e diálogos que ali ocorrem. Portanto, não cabem normatizações, implicando ousadia, transformação e, fundamentalmente, a sustentação de tensão, como

produção do diálogo na abertura a fusão de horizontes dos diversos participantes do grupo, inclusive dos psicólogos facilitadores.

REFERÊNCIAS

- Ancona-Lopez, M. (1996). *A Porta de Entrada: da entrevista de triagem à consulta psicológica*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.
- Ancona-Lopez, M.(2002). Introduzindo o psicodiagnóstico grupal interventivo: uma história de negociações. In M. Ancona-Lopez (Org). *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção* (p.p. 65 – 114). São Paulo: Cortez.
- Ancona-Lopez, S.(2002) *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção?* In Ancona-Lopez, Marília (org). *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção* (p.p.26-36). São Paulo: Cortez.
- Arzeno, G. M. E. (1995) *Psicodiagnóstico Clínico: novas contribuições*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Aun, H. A. (2005). *Trágico Averso do Mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Barreto, C.L.B.T. (2006). *Ação Clínica e os pressupostos fenomenológicos existenciais*. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Barreto, C.L.B.T. (2008). *Uma Possível Compreensão Fenomenológica Existencial da Clínica Psicológica*. In VIII Simpósio da ANPEPP. Site acessado em 25/10/2010: http://www.lefeusp.net/arquivos_diversos/VIII_simposio_anpepp/textos%20pesquisadores/barreto08.pdf
- Barreto C.L.B.T., & Moratto, H. T. P. (2009). A ação clinica e a perspectiva fenomenológica existencial. In H. T. P. Moratto, C.L.B.T. Barreto, & A. P. Nunes (coords.) *Aconselhamento Psicológico numa perspectiva Fenomenológica Existencial*.(p.p. 41 – 51). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (coleção fundamentos da Psicologia).
- Barreto, C.L.B.T. (2011a). *A ontologia existencial de Heidegger como possibilidade para pensar outros modos de constituição da subjetividade e da ação clínica*. In X Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituições, 2011, Niterói - RJ. Anais do X Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituições, 2011.
- Barreto, C.L.B.T., & Carneiro, L. S. (2011b). Psicodiagnostico Interventivo/ Colaborativo: uma prática psicológica na Perspectiva Fenomenológica existencial em Instituições de saúde. In Jornada de iniciação científica UNICAP (13.: 2011: Recife, PE) Anais eletrônicos/[org.] Universidade Católica de Pernambuco – Recife. FASA, 2011. Ano 13 – nº01 ISSN 2175 – 4764.
- Barreto, C.L.B.T., & Silveira, M. R. C. (2011c). Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo: uma modalidade de prática psicológica e sua contribuição para a formação do psicólogo. In Jornada de iniciação científica UNICAP (13.: 2011: Recife, PE) Anais eletrônicos/[org.] Universidade Católica de Pernambuco – Recife. FASA, 2011. Ano 13 – nº01 ISSN 2175 – 4764.

- Barros, R. B. (1996). Clínica Grupal. *In Revista de Psicologia/UFF*, n.7 (p.p. 01-10).
- Barros, R. B. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS. 350 p.
- Bechelli L. P. C.,& Santos M. A. (2004). Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. *Revista Latino-americana de Enfermagem* 12(2) 242.
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Laskov. *In Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras Escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense.
- Bleicher, J. (1980) *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa: Edições 70.
- Boss, M. (1976/1997). Encontro com Boss. *In Rev. Daseinsanalyse* (da Associação Brasileira de Daseinsanalyse), 1,2 e 4. (p. p. 05 - 21).
- Cardinalli, I. E. (2002). A psiquiatria fenomenológica – um breve histórico. *Revista Daseinsanalyse* (Rev. Da Associação Brasileira de Daseinsanalyse) – nº11. Pp.72-84.
- Corrêa, L. C. C. (2004). *Visita domiciliar: recurso para a compreensão do cliente no Psicodiagnóstico Interventivo*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Correia, G. W. B. (2010). *O corpo nos grupos: experiência em análise bioenergética*. Recife: Ed. Libertas.
- Critelli, D. M. (2007). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. (2ª Ed.) São Paulo: Brasiliense.
- Cunha, J. A.(2002). Fundamentos do Psicodiagnóstico. In CUNHA, J. A. (org.). *Psicodiagnóstico – V.(p.p. 23-31)* 5º ed. revisada e ampliada, 3ª reimpressão). Porto Alegre: Artmed.
- Figueiredo, L. C. (1996). *Heidegger e Psicanálise: Encontros*. Rev. Psicanálise e Universidade (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise da PUC-SP). N. 4. São Paulo.
- Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Gadamer, H. G. (1960/2012). *Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 12. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.
- Guanaes, C. (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social*. São Paulo: Cortez.
- Gawendo, A. F. (2001). *Era uma vez... A existência à luz de Histórias* .Dissertação de Mestrado PUC-SP .

- Heidegger, M.(1986/2009a). *Ser e Tempo*. (4ª Ed., M. S. C. Schuback, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes (coleção pensamento humano).
- Heidegger, M.(1986/2012). *Ser e Tempo*. (F. Castilho, trad.). Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes (Multilíngues de Filosofia Unicamp).
- Heidegger, M.(1987/2009b). *Seminários de Zollinkon*. (2ª Ed. , G. Arnhold, & M. de F. de A. Prado, trad.) Petrópolis, RJ: Vozes (coleção pensamento humano).
- Lawn, C. (2007). *Compreender Gadamer*.(H. Magri Filho, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lispector, C. (2009). *A paixão segundo G. H*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Maichim, V. (2006). *Visita Escolar: um recurso do Psicodiagnóstico Interventivo na abordagem Fenomenológico-Existencial* (Dissertação de mestrado).São Paulo: PUCSP.
- Massimi, M. & Guedes, M. C. (2004). *História da Psicologia no Brasil: Novos estudos*, São Paulo: Editora Cortez.
- Michelazzo, J. C. (1999). *Do um como princípio ao dois como unidade: Heidegger e a reconstrução ontológica do real*. São Paulo: FAPESP: Annablume.
- Michelazzo, J. C. (2002a). Fenomenologia Existencial e modos cotidianos de coexistência. Castro, D. S. P. de (org) et al. *Existência e Saúde*. São Bernardo do Campo: UNESP, 256 p.
- Michelazzo, J. C. (2002b). Heidegger e a questão da técnica moderna. In Castro, D. S. P. de (org) et al. *Fenomenologia e análise do existir*. São Paulo: Universidade Metodontista de São Paulo: SOBRAPE.
- Minayo, M. C. S. (2012). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª. Ed. São Paulo: Hucitec.
- Morato, H. T. Org.(1999). Aconselhamento psicológico: uma passagem para a transdisciplinariedade. *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios* (p.p. 61-89). . São Paulo: Casa do psicólogo.
- Ocampo, M. L. S. de, & Arzeno, M. E. G.(2003) O Processo Psicodiagnóstico: caracterização; objetivos; momentos do processo; enquadramento. In M. L. S. de Ocampo, M. E. G. Arzeno, & E. G. Piccolo (orgs). *O processo Psicodiagnóstico e as Técnicas projetivas*. (p.p. 5 - 14), 10º ed., 2º tiragem. São Paulo: Martinz Fontes.
- Prado, M. F. A. (2005). Fenomenologia e *Daseinsanalyse*. *Revista Daseinsanalyse* (Rev. Da Associação Brasileira de *Daseinsanalyse*) – nº. 14, pp.43-54.
- Pessoa, Fernando (2005). *Poesia completa de Alberto Caieiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pompéia, J. A. & Sapienza, B. T. (2004). Uma caracterização da psicoterapia. In: *Na presença do sentido: uma aproximação a questões existenciais básicas*. São Paulo: EDUC; Paulus.

- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In V. Sinson & O. Moraes. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor. 247 p.
- Rodrigues, J. T. (2006). *Terror, medo, pânico: manifestações da angústia no contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras. 104p.
- Sá, R. N. de (2002). A noção heideggeriana de cuidado (Sorge) e a clínica psicoterápica. *Rev. de Filosofia Veritas*, v. 45, n. 2, junho, p. 259-266. Porto Alegre: PUC.
- Sá, R. N. de (2005). As influências da fenomenologia e do existencialismo na psicologia. In Jacó-Vilela, A. M. *História da Psicologia: rumos e percursos* p. 319-338. Rio de Janeiro: NAU.
- Santiago, M. D. E. (2002). Psicodiagnóstico: uma Prática em crise ou uma prática na crise? In Ancona-Lopez, M. (org). *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção* (p.p.09 – 25). São Paulo: Cortez.
- Santos, G. R. S. (2009). *O Processo Psicodiagnóstico em Unidades Básicas de Saúde*. Tese de Doutorado, PUC/SP São Paulo, SP.
- Schmidt, M. L. S. (1990). *A experiência de psicólogas na comunicação de massa*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP.
- Schwandt, T. A. (2008). Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In N. K. Densin & Y. S. Lincoln (org.). *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. (p.p. 193 – 217). Porto Alegre: Artmed.
- Siqueira, D. F. C. C. (2011) *Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo: uma prática psicológica na perspectiva Fenomenológica Existencial*. Dissertação de Mestrado, UNICAP, Recife, PE.
- Spanoudis, S. (1985). Abordagem fenomenológico-existencial dos sonhos – I. *Rev. da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*. 6, p.p. 21-29.
- Thiollent, M. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Vattimo, G. (1996). *Introdução a Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vorcaro, A. M. R. (2002). Compreender ou estranhar: incidência no psicodiagnóstico. In Ancona-Lopez, M. (org). *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção* (p.p. 51-64). São Paulo: Cortez.
- Yalom, I. & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed. 528p.
- Yehia, G. Y. (1994) *Psicodiagnóstico fenomenológico existencial: espaço de participação e mudança*. Tese de doutorado, São Paulo: PUCSP.

Yehia, G. Y. (2002). Reformulação do papel do psicólogo no psicodiagnóstico fenomenológico-existencial e sua repercussão sobre os pais. In Ancona-Lopez, M. (org). *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção* (p.p.115 -134). São Paulo: Cortez.

Yehia, G. Y. (2004) Interlocuções entre o plantão psicológico e o psicodiagnóstico colaborativo. In *Rev. Estudos de psicologia*, Campinas: PUC, v. 21. n. 1, p 65-72, janeiro/abril.

Yehia, G. Y. (2009). Entre psicodiagnóstico e aconselhamento psicológico. In: Morato, M. T. P.; Barreto, Carmem Lúcia Brito Tavares (orgs). *Aconselhamento Psicológico na Perspectiva Fenomenológica Existencial*. São Paulo: Guanabara, 2009.

Zimerman, D. E. (2000). *Fundamentos básicos da grupoterapia*. Porto Alegre: Artmed. 248p.

ANEXOS

Anexo 01-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Psicodiagnóstico Colaborativo em grupo: contribuições e limitações da experiência de grupo com pais”, que objetiva compreender a experiência de grupo com pais na modalidade de prática psicológica do Psicodiagnóstico Colaborativo. Você foi selecionado devido à sua relevância para a temática pesquisada e sua participação não é obrigatória, podendo se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem que isso lhe traga prejuízos. Sua participação consistirá em fornecer um depoimento sobre sua experiência em participar do grupo com pais de psicodiagnóstico colaborativo, que será gravado, transcrito, literalizado e devolvido para que você possa confirmá-lo. Seus dados e identificação serão preservados, sendo mantidos em sigilo, uma vez que será adotada a codificação numérica para identificar os depoimentos e nomes fictícios para nos referirmos aos participantes.

O risco ao qual você está exposto é o de não se sentir a vontade para continuar participando da pesquisa, mas como já dito, você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento. Além disso, os pesquisadores se colocam a disposição para realizar o acolhimento necessário, assim como para esclarecer dúvidas e prestar esclarecimentos que se fizerem necessários durante todo o processo. Ao aceitar participar, você estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acerca da temática e de discussões que possibilitem pensar modalidades de prática psicológica destinadas ao acolhimento do sofrimento humano e da realidade que chegam às instituições de saúde.

Os resultados encontrados serão apresentados em uma narrativa que articulava as compreensões de todos os participantes, da pesquisadora e dos teóricos utilizados para fundamentar a pesquisa. Ao final, você será informado do resultado da pesquisa e estes poderão ser utilizados na construção de artigos científicos, capítulos de livros, trabalhos a serem apresentados em Congressos, Seminários, entre outros eventos acadêmicos. Além disso, poderão ser enviadas às instituições de saúde pública e/ou privada, assim como à clínica-escola, com o intuito de contribuir para a ampliação das modalidades de práticas psicológicas destas instituições.

Eu, (_____), dou meu consentimento livre e esclarecido para a minha participação na presente pesquisa, sob a responsabilidade da pesquisadora doutora Carmem Lucia Brito Tavares Barreto, professora da Universidade Católica de Pernambuco e da aluna do Mestrado em Psicologia Clínica Andréa Cristina Tavelin Biselli da Universidade já referida.

Assinado este Termo de Consentimento, estou ciente de qual será a minha participação na pesquisa:

- 01) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação voluntária na pesquisa;
- 02) Estou ciente que meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada;
- 03) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto assim que for encerrada;
- 04) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação a pesquisa, se achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, ___ de _____ de 2012.

Andréa Cristina Tavelin Biselli
RG.10.610.390-8 CRP 02/15083

Assinatura do Participante
RG. _____

Anexo 02- Tabela dos modos de fazer e pensar o Psicodiagnóstico

PSICODIAGNÓSTICO

	Psicodiagnóstico Tradicional	Psicodiagnóstico Grupal Interventivo	Psicodiagnóstico Colaborativo
Visão de homem e mundo	<p>POSITIVISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> Rigor científico; Neutralidade do pesquisador. <p>ADVENTO DA PSICANÁLISE</p> <ul style="list-style-type: none"> Põe em xeque a neutralidade do pesquisador; Reflexão sobre os limites dos instrumentos; Entrevista psicológica como instrumento de pesquisa; Testes projetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> Nasce a partir dos questionamentos, estudos e pesquisas diante da modalidade de prática do psicodiagnóstico realizada em instituições na perspectiva da fenomenologia (Ancona-Lopez e Cols.); Proposta de atendimentos em grupo; Privilegia a atitude interventiva; Enfatiza a relação de colaboração. 	<ul style="list-style-type: none"> Ressalta a colaboração como um dos modos de ser-no-mundo-com-os-outros – perspectiva fenomenológica existencial; Compreende o diálogo como possibilidade de “fusão de horizontes” – Gadamer (2012);
Papel psicólogo	<p>POSITIVISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> Selecionar, aplicar e corrigir testes; Conhecer a personalidade do paciente - testes psicológicos. <p>ADVENTO DA PSICANÁLISE</p> <ul style="list-style-type: none"> Privilegia a entrevista; Devolutiva oral; Encaminhamento – psicoterapia. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar seu cliente a engajar-se em um processo contínuo de compreensão da demanda; Facilitador de mudanças. 	<ul style="list-style-type: none"> Atitude de abertura para o que lhe vem ao encontro; Sua interpretação é compartilhada com o intuito de ampliar o campo de circunvisão do cliente.
Papel paciente	<p>POSITIVISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> Submissão aos testes. <p>ADVENTO DA PSICANÁLISE</p> <ul style="list-style-type: none"> Fornecer informações – história de vida; Submissão aos testes; Oitiva da devolutiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Parceiro ativo do processo de compreensão de sua demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> Parceiro ativo do processo de compreensão da sua demanda; Participa do diálogo compartilhando suas interpretações e visão de mundo.

